

Universidade Estadual do Norte do Paraná

Repositório Institucional UENP

<https://repositorio.uenp.edu.br>

Programa de Pós-Graduação em Ensino

Dissertações

2024

Educação sexual : uma sequência de atividades com abordagem nos três momentos pedagógicos para alunos e alunas da formação docente

Proni, Sandra Mara Miranda

Universidade Estadual do Norte do Paraná

<https://repositorio.uenp.edu.br/handle/123456789/331>

Baixado de Repositório Institucional UENP



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
DO PARANÁ**

Campus Cornélio Procópio

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO**

SANDRA MARA MIRANDA PRONI

**EDUCAÇÃO SEXUAL:
UMA SEQUÊNCIA DE ATIVIDADES COM ABORDAGEM NOS
TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS E
ALUNAS DA FORMAÇÃO DOCENTE**

▪ SANDRA MARA MIRANDA PRONI

EDUCAÇÃO SEXUAL:
UMA SEQUÊNCIA DE ATIVIDADES COM ABORDAGEM NOS
TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS E
ALUNAS DA FORMAÇÃO DOCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Cornélio Procópio, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino.

Linha de Pesquisa: Ensino e Aprendizagem em Ciências Naturais e Matemática

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa

▪ CORNÉLIO PROCÓPIO – PR
2024

Ficha catalográfica elaborada por Juliana Jacob de Andrade – Bibliotecária, CRB 9/1669, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

P965e Proni, Sandra Mara Miranda
Educação sexual: uma sequência de atividades com abordagem nos três momentos pedagógicos para alunos e alunas da formação docente. / Sandra Mara Miranda Proni; orientadora Priscila Carozza Frasson Costa - Cornélio Procópio, 2024.
94 p. :il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós Graduação em Ensino, 2024.

1. Educação Sexual. 2. Três Momentos Pedagógicos. 3. Formação Docente. 4. Divulgação Científica. I. Costa, Priscila Carozza Frasson, orient. II. Título.

CDD: 372.372

SANDRA MARA MIRANDA PRONI

EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA SEQUÊNCIA DE ATIVIDADES COM
ABORDAGEM NOS TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS PARA
ALUNOS E ALUNAS DA FORMAÇÃO DOCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Cornélio Procópio, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino.

Após realização de Defesa Pública o trabalho foi considerado:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Campus Bandeirantes

Profa. Dra. Marília Bazan Blanco
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Campus Cornélio Procópio

Profa. Dra. Juliane Priscila Diniz Sacks
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Campus Bandeirantes

Cornélio Procópio, 18 de julho de 2024.

Dedico este trabalho ao meu filho. Que os ensinamentos presentes nestas páginas acompanhem sua educação ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa, pela sua disponibilidade e incentivo que foram fundamentais para realizar e prosseguir este estudo. Em especial, o meu muito obrigada pelo exemplo de pesquisadora e educadora seriamente comprometida com a Educação Sexual Emancipatória. As suas críticas construtivas, as discussões e reflexões foram fundamentais ao longo de todo o percurso. Não posso esquecer a sua grande contribuição para o meu crescimento como pesquisadora. Este foi, com certeza, o meu maior ganho no mestrado.

Agradeço ao meu querido marido, por ser a pessoa especial, com quem pude sempre contar para a realização de meus objetivos.

Ao meu pai (*in memoriam*) e minha mãe, que sempre incentivou seus filhos ao estudo.

Ao meu irmão Júnior e minha cunhada Érica, pelo seu apoio e incentivo ao curso de Mestrado, sempre com palavras de ânimo e estímulos nos dias mais difíceis.

Agradeço ao colégio em que foi realizada a implementação do Produto Educacional, pelo total apoio e confiança em meu trabalho.

Agradeço às amigas Cristiana e Patrícia, amigas oriundas do Mestrado, por estarem sempre à disposição para trocar ideias, sugestões e palavras de encorajamento durante todo o percurso.

A todos os meus professores do curso de Mestrado em Ensino da UENP, pela excelência da qualidade técnica de cada um, e à Banca Examinadora que, competentemente, me auxiliou na construção da pesquisa.

Expresso meus sinceros agradecimentos ao grupo GPFOP – Grupo de Pesquisa em Ensino e Formação de Professores da UENP. A colaboração de cada pesquisador foi inestimável e fundamental para o aperfeiçoamento de minha pesquisa.

O que pensamos e o que sentimos é muito influenciado pelo mundo que nos rodeia. Pode assim acontecer que aquilo que pensamos ser a nossa verdade não é senão um eco de uma voz que vem de fora e há muito reproduzimos. Saber reconhecer de onde vem essa voz é o primeiro passo para a conquista da nossa verdade.

Naumi de Vasconcelos (1994, p. 32)

PRONI, Sandra Mara Miranda. **Educação Sexual**: uma sequência de atividades com abordagem nos Três Momentos Pedagógicos para alunos e alunas da Formação Docente. 2024. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procopio, 2024.

RESUMO

O ambiente escolar é permeado pela sexualidade, observado pelo comportamento dos(as) alunos(as), pelas conversas e brincadeiras dos(as) adolescentes, até mesmo pela expressão dos grafites comumente encontrados em banheiros, desenhos em carteiras, expressões orais, vocabulários pertinentes, músicas sensuais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não indica direcionamentos para a Educação Sexual (ES) no Ensino Médio (EM), portanto, na ausência de uma referência nacional, buscamos uma dinâmica organizacional para trabalhar na sala de aula algumas questões afetas, que se revelaram fundamentais para a educação de adolescentes. Na perspectiva atual, como devemos abordar a ES na sala de aula, com a ausência de disciplinas, carência de discussão nos documentos oficiais e precariedade dos materiais didáticos em relação à temática? Uma Sequência de Atividades (SA) estruturada com a escolha de materiais específicos, ancorados em nosso referencial teórico, foi uma estratégia interessante. Assim, o problema que abarcou a presente pesquisa foi: Em quais aspectos uma SA poderá ser contributiva para a aprendizagem da ES, de acordo com a abordagem dos Três Momentos Pedagógicos, no componente curricular de Biologia da Formação Docente? Portanto, a proposta de organização de material didático com atividades baseadas nos Três Momentos Pedagógicos (3MP) foi um complemento ao currículo, visando trazer um olhar reflexivo sobre o tema da Sexualidade. Para tanto, os encontros foram estruturados de modo a favorecer a dialogicidade do grupo, na tentativa de abordar conhecimentos científicos e aspectos biopsicossociais da ES, com o auxílio de materiais de Divulgação Científica (DC). Os resultados foram analisados pelo método da Análise Textual Discursiva (ATD), com o intuito de aprofundar a compreensão dos fenômenos que foram investigados. As 4 categorias de análise foram: Educação Sexual como um espaço aberto a debates e reflexões; Afetividade e Segurança; Cultura da Sexualidade e a Divulgação Científica sob o olhar do aluno, destacando as contribuições dos Três Momentos Pedagógicos para a aprendizagem dos alunos do curso de Formação de Docentes. A abordagem dos 3 MP promoveu, aos futuros docentes, a realização de um trabalho reflexivo e acolhedor na perspectiva da ESE, dispondo de um material didático pedagógico com fontes de informações confiáveis, que permitiram o desenvolvimento do pensamento crítico, abrindo a possibilidade de criar diálogos e debates, proporcionando autonomia na tomada de decisões sobre seu corpo. O produto foi elaborado e validado pelos pares no Grupo de Pesquisa e Formação de Professores – GPEFOP – PPGEN – UENP.

Palavras-chave: Educação Sexual. Três Momentos Pedagógicos. Formação Docente. Sequência de Atividades. Divulgação Científica.

PRONI, Sandra Mara Miranda. **Sexual Education**: a sequence of activities based on the Three Pedagogical Moments for Teacher Training students. 2024. 94 p. Dissertation (Professional Master's Degree in Teaching) – State University of Northern Paraná, Cornélio Procópio, 2024.

ABSTRACT

The school environment is permeated by Sexuality, observed by the behavior of students, by the conversations and games of teenagers, even by the expression of graffiti commonly found in bathrooms, drawings on desks, oral expressions, relevant vocabulary, sensual songs. The National Common Curricular Base (BNCC) does not indicate directions for Sexual Education (SE) in High School (EM), therefore, in the absence of a national reference, we seek an organizational dynamic to work on some issues in the classroom, which prove to be fundamental for the education of adolescents. From the current perspective, how should we approach SE in the classroom, with the absence of subjects, lack of discussion in official documents and precariousness of teaching materials in relation to the topic? An Activity Sequence (AS) structured with the choice of specific materials, anchored in our theoretical framework, was an interesting strategy. Thus, the problem that covered the present research is: In what aspects can a SA be contributory to the learning of SE, according to the Three Pedagogical Moments approach, in the Biology curricular component of Teacher Training? Therefore, the proposal to organize teaching material with activities based on the Three Pedagogical Moments was a complement to the curriculum, aiming to bring a reflective look at the topic of Sexuality. To this end, the meetings were structured in a way that favored the group's dialogue in an attempt to address scientific knowledge and biopsychosocial aspects of SE, with the help of Scientific Dissemination (SC) materials. The results were analyzed using the Discursive Textual Analysis (ATD) method, which has been undertaken in research in the educational field in qualitative research, with the aim of deepening the understanding of the phenomena that were investigated, through a rigorous and careful analysis of the various types information that was obtained during the research. The metatext is composed of 4 categories: Sexual Education as a space open to debates and reflections, Affectivity and Safety, Culture of Sexuality and Scientific Dissemination from the student's perspective, highlighting the contributions of the Three Pedagogical Moments to the learning of students on the course of Teacher Training.

Keywords: Sexual Education. Three Pedagogical Moments. Teacher Training. Sequence of Activities. Scientific Dissemination.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Roteiros de Atividades sobre Educação Sexual Emancipatória por meio dos Três Momentos Pedagógicos.....	42
Quadro 2 – Categorias e unidades de análise.....	46
Quadro 3 – Codificação das Temáticas	47
Quadro 4 – Critérios estruturantes das categorias <i>a priori</i>	47
Quadro 5 – Categoria 1: Educação Sexual como um espaço aberto a debates e reflexões.....	48
Quadro 6 – Categoria 2: Afetividade e Segurança.....	58
Quadro 7 – Categoria 3: Cultura da Sexualidade.....	64
Quadro 8 – Categoria 4: Divulgação Científica sob o olhar do aluno.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3 MP	Três Momentos Pedagógicos
ATD	Análise Textual Discursiva
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DC	Divulgação Científica
EB	Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EM	Ensino Médio
ES	Educação Sexual
ESE	Educação Sexual Emancipatória
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Produto Educacional
SA	Sequência de Atividades

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO SEXUAL	17
1.1 RELEVÂNCIA DA SEXUALIDADE NA ESCOLA.....	17
1.2 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	19
1.3 EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA (ESE)	21
1.4 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS.....	24
CAPÍTULO 2 – DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	27
2.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)	27
2.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	28
2.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO PARANÁ.....	29
CAPÍTULO 3 – A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL	31
3.1 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ESCOLA	31
3.2 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	34
CAPÍTULO 4 – OS TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS	37
CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
5.1 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	39
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO.....	40
5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	41
5.4 DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO.....	41
5.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS.....	43
6 ANÁLISE DE DADOS	45
6.1 CATEGORIA 1 – EDUCAÇÃO SEXUAL COMO UM ESPAÇO ABERTO A DEBATES E REFLEXÕES	48
6.2 CATEGORIA 2 – AFETIVIDADE E SEGURANÇA.....	59
6.3 CATEGORIA 3 – CULTURA DA SEXUALIDADE	64
6.4 CATEGORIA 4 – DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOB O OLHAR DO ALUNO	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES	82

APÊNDICE A – Termo de Assentimento Livre e Esclarecimento (TALE) Menor 18 anos.....	83
APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecimento (TALE) Maior 18 anos.....	86
APÊNDICE C – TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).....	89

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação, entre tantos outros que utilizam o sexo para chamar a atenção das pessoas, acabam por estimular e criar curiosidades nos adolescentes, dificultando o processo de conscientização e responsabilidade individual sobre o assunto. Dessa forma, se torna cada vez mais importante a aprendizagem dos adolescentes quanto ao tema nas instituições de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada em 2018, o principal norte da educação brasileira, não traz direcionamentos para a educação em sexualidade no Ensino Médio. Portanto, na ausência de uma referência nacional, busca-se uma dinâmica organizacional para trabalhar na sala de aula as questões sobre Educação Sexual, se mostrando fundamental para a educação de adolescentes sobre seus direitos sexuais.

A Educação Sexual (ES) é a forma mais eficaz do adolescente prevenir e enfrentar abusos e violência, além do que, o diálogo sobre sexualidade pode trazer muitos benefícios para a saúde sexual, física e emocional. A BNCC (2018, p. 10) expõe dez competências gerais básicas que um aluno do Ensino Médio deve desenvolver na sua formação, destacando na competência 8: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”.

Embora seja essa a determinação, a versão final da BNCC restringe o tema da sexualidade à ênfase na reprodução e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), não sendo respeitado o direito do aluno conhecer sobre a temática, contrapondo com o direito que o mesmo tem a “cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana”, portanto, é um retrocesso em relação ao Plano Curricular Nacional de 1998.

Os adolescentes têm curiosidades muito significativas a respeito da sexualidade, e a satisfação dessas curiosidades contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto a não satisfação gera ansiedade e tensão, inibindo dessa maneira a capacidade investigativa desses alunos. Quando o colégio oferta o tipo de material que foi proposto na pesquisa, proporciona um espaço em que os adolescentes possam esclarecer as suas dúvidas e continuar formulando

questões, contribuindo para o alívio dessas ansiedades, que muitas vezes interferem no aprendizado de conteúdo.

No início da pesquisa foi feito um mapeamento, coletando informações sobre artigos e dissertações da aplicação da abordagem dos 3 MPs no ensino de sexualidade aos adolescentes de EM no Google Acadêmico, sendo encontrado apenas uma dissertação e PE com esse tema, mas voltado ao ensino de licenciandos do curso de Ciências Biológicas com essa abordagem metodológica.

Portanto, na perspectiva atual, como devemos abordar a ES na sala de aula, com a ausência de disciplinas, carência de discussão nos documentos oficiais e precariedade dos materiais didáticos em relação à temática? Desta maneira, pensamos que a ES suscita investigação. Pensamos que uma Sequência de Atividades (SA) estruturada com a escolha de materiais específicos, ancorados em nosso referencial teórico, foi uma estratégia interessante. Assim, o problema que abarca a presente pesquisa é: Em quais aspectos uma SA poderá ser contributiva para a aprendizagem da ES, de acordo com a abordagem dos 3MP, no componente curricular de Biologia da Formação Docente?

Esta pesquisa está inserida em uma das linhas de pesquisa PPGEN/UENP, que é o “Ensino e Aprendizagem em Ciências Naturais e Matemática”, destinada à qualificação de profissionais que queiram atuar como professores, mediante o desenvolvimento de pesquisas e propostas pedagógicas voltadas à prática docente em distintas áreas do conhecimento, incluindo espaços formais e não formais de aprendizagem. O Programa de Pós-Graduação em Ensino apresenta-se como um importante componente de verticalização para a UENP, proporcionando, por meio de pesquisas direcionadas, uma ligação entre a Universidade e as salas de aula, configurando com o compromisso de promover uma aproximação entre a academia e o contexto profissional da docência, cujas necessidades didático-pedagógicas enfrentam constantes transformações.

Portanto, a fim de sanar uma dessas necessidades didático-pedagógicas, a dissertação apresenta um Produto Educacional, que visou demonstrar a importância da temática ES durante uma Sequência de Atividades / aulas de Biologia, com vistas à aprendizagem, oportunizando ao indivíduo educar-se sexualmente, estando comprometido com a transformação social e o desenvolvimento

da autonomia do adolescente frente às questões ligadas aos valores e comportamentos sexuais.

Como destacamos, a pesquisa e o Produto Educacional almejam compreender a necessidade do aluno em relação a aspectos de sua saúde sexual e reprodutiva, com ênfase no respeito, consentimento, equidade de gênero e prevenção à violência, levando-o a uma formação completa como cidadão.

Os objetivos do PE visaram a elaboração do material didático-pedagógico com Sequência de Atividades baseadas na abordagem dos Três Momentos Pedagógicos, com temas da ES, a fim de possibilitar o desenvolvimento dos alunos, de maneira a viverem a Sexualidade de forma respeitável e prazerosa, sendo encarada como um elemento que compõe sua identidade pessoal, entendida como um processo de desenvolvimento integral de cada um.

Em conformidade com o PE, a dissertação teve como objetivo analisar as contribuições da implementação e seu possível favorecimento à futura prática docente dos alunos do curso de Formação Docente, como também, a reconstrução e reflexão sobre alguns dos temas da ES abordados no trabalho.

A estrutura da dissertação foi organizada em 6 capítulos. Assim, o Capítulo 1 fez uma abordagem teórica sobre a relevância da ES na escola, e a importância da perspectiva emancipatória (ESE), finalizando com uma apresentação dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que são direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais e internacionais.

No Capítulo 2, foi analisada a ES nos documentos oficiais nacionais, iniciando pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Ensino Médio (1997), seguido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Ensino Médio (2018), em concomitância com os documentos estaduais do Paraná, considerando o Referencial Curricular do Paraná do Ensino Médio (CREP) (2021).

No Capítulo 3, indicamos os artigos de divulgação científica como recurso educativo na ES, na busca de promover o discernimento entre o pseudoconhecimento e as informações críveis da ciência em deferência ao estudo da sexualidade.

No quarto capítulo, fundamentamos e descrevemos os 3MP, como uma metodologia e estratégia de ensino indicada para pensar a ESE.

No quinto capítulo, abordamos os procedimentos metodológicos adotados, caracterizando os participantes, as etapas da intervenção, a ambientação da implementação e o detalhamento da implementação do PE.

Apresentamos no sexto capítulo a referência da metodologia de análise dos resultados, a Análise Textual Discursiva (ATD), onde discutimos os resultados da implementação no formato de um metatexto.

Por fim, nas considerações finais, indicamos ponderações derivadas da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO SEXUAL

1.1 RELEVÂNCIA DA SEXUALIDADE NA ESCOLA

O ambiente escolar é permeado pela sexualidade, como pode ser observado por meio do comportamento dos alunos, pelas conversas e brincadeiras dos adolescentes, até mesmo pela expressão dos grafites comumente encontrados em carteiras, banheiros e no quadro da sala de aula. O aluno praticamente “implora” para que se fale no assunto, demonstrado em ações no ambiente escolar, expressos pelas músicas de cunho sexual, mensagens trocadas, decotes arrojados ou mesmo o uso de bermudas quanto mais curtas possíveis. Algumas alunas participam de movimentos, como o da liberdade de escolha de usar ou não sutiã, revelando partes do seu corpo no uniforme escolar, gestos obscenos, fotos “nudes” compartilhadas pelos celulares.

Jovens e adolescentes têm desenhado perfis marcados pelo início da vida sexual precoce¹, sem a devida orientação. Como descreve o Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência², produzido em 2022:

Não se pode relegar que a sexualização³ precoce de crianças e adolescentes é fenômeno crescente, influenciado por questões culturais, sociais e econômicas, decorrendo daí a naturalização de comportamentos de risco, de abusos e de múltiplas violências, circunstâncias que levam à gravidez não intencional nessa faixa etária, ao aumento das infecções sexualmente transmissíveis, à restrição de oportunidades de desenvolvimento saudável e acesso a emprego e renda, fatores determinantes para a reiteração do ciclo de violações de direitos (Brasil, 2022 p. 5).

Se a escola não tratar da questão sexual, perpetuará a ideia de tabu sobre o assunto, como algo do qual não se pode falar. Em contrapartida a esse cenário, o adolescente vai buscar informações com os amigos, permeados pelo seu principal

¹ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Brasil, 1990, p. 12).

² O Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência, reforça o compromisso do governo federal com a prevenção à sexualização prematura de crianças e adolescentes (Brasil, 2022, p. 9).

³ Sexualização se refere ao ato ou efeito de sexualizar(-se), de dar ou adquirir aspecto, conteúdo ou conotação sexual.

modelo de busca de conhecimento que é a internet, sem se preocupar com a veracidade das informações, nem sempre científicas (Figueiró, 2018).

Como salienta Figueiró (2001) em sua tese de doutorado:

Muito além de auxiliar na redução dos problemas sociais graves, tais como gravidez precoce e/ou indesejada e de contaminação das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs⁴) e AIDS, a Educação Sexual deve ser realizada a fim de contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do educando e, conseqüentemente, para sua qualidade de vida (Figueiró, 2001, p. 19).

A sexualidade faz parte do sujeito, independentemente do local que habita, entretanto, deve-se levar em consideração um ambiente escolar não homogêneo, ao trabalhar com a Educação Sexual, sendo necessário a ponderação sobre a realidade da comunidade, principalmente em função dos costumes e valores dos jovens, bem como das famílias às quais pertencem (Figueiró, 2009).

Ao propiciar uma visão reflexiva e crítica de situações e/ou temas referentes à sexualidade no ambiente escolar, cria-se um canal dialógico favorecedor para o entendimento e introdução das informações, conduzindo assim às mudanças de posturas, como observado por Maia (1993 apud Barcelos; Zaiad; Santos, 1996):

[...] já foi comprovado que a informação, por si só, não muda a postura. Esta possui um componente cognitivo que depende daquele, mas que a transcende, é maior do que ela. Quando trabalhamos o conhecimento e a informação objetivamos a mudança tanto do cognitivo quanto na postura (conativo). A informação isolada tende a ser genérica e impessoal e por isso não encontra ressonância dentro da pessoa. Quando usamos uma vivência individual para passar a informação, nós a tornamos pessoal e individualizada, e aumentamos a possibilidade de que ela seja ouvida e integrada (Maia, 1993 apud Barcelos; Zaiad; Santos, 1996, p. 151).

A interação de alunos em situações-problema⁵ promove uma mudança de atitude, como afirma Souza Pinto (1997 apud Silva *et al.* (2010) que, para trabalhar com adolescentes assuntos relacionados à sexualidade faz-se necessário oportunizar

⁴ **IST** é a nova denominação que o Ministério da Saúde adotou em substituição ao termo **DST**. A mudança da terminologia para **Infecções Sexualmente Transmissíveis** foi adotada porque a identificação do “D”, de **DST**, era relacionada à doença, que provoca sintomas e sinais visíveis no organismo, já as infecções podem permanecer na condição assintomática, sem sintomas perceptíveis, por um período ou se manter assintomáticas durante toda a vida do portador. Decreto de Nº 8.901/2016, publicado no D.O.U em 11/11/2016.

⁵ Situações-Problema é oriundo do ensino de matemática, onde consiste em apresentar um desafio, uma questão ou um conflito que exija a mobilização de conhecimentos.

situações para a “subjetivação do conhecimento”, ou seja, favorecer situações para a transformação do conhecimento em caso pessoal.

A escola pode propiciar ao aluno uma visão mais ampla e diversa das opiniões sobre sexualidade humana, erradicar preconceitos, aprofundar informações, preencher as lacunas formadas por dúvidas devido à ausência ou até mesmo do excesso de informações (Tuckmantel, 2009).

A Organização Mundial de Saúde – OMS (1975) define a sexualidade humana como:

[...] parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamento, sentimentos, ações e integrações, e, portanto, à saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a sexualidade, a saúde sexual também deveria ser considerada como direito humano básico. A saúde mental e a integração dos aspectos sociais, somáticos, intelectuais, emocionais de maneira tal que influenciam positivamente a personalidade, a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor (Brasil, 2005, p. 295).

O adolescente pode tornar-se participante ativo na colaboração com a construção de propostas de atividades de ES, enquanto o professor pode mediar as informações acessadas, tanto na escola como em outras fontes, em um processo responsável, crítico e reflexivo. Diante de todo esse contexto escolar, os conhecimentos adquiridos por esses jovens nas práticas educacionais deverão ser administrados subjetivamente e transformados em ações concretas (Nunes, 2004).

1.2 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

No que toca à Educação Sexual, é importante que nos detenhamos, ainda que ligeiramente, sobre algumas abordagens baseadas nos estudos de Figueiró (2001): Abordagem Religiosa/Católica ou Protestante (ambas podendo ser Tradicional ou Libertadora), Médica, Pedagógica e Emancipatória.

A Abordagem Religiosa pode ser católica ou protestante, ambas podendo seguir a linha Tradicional ou Libertadora. Na perspectiva Tradicional em ambas as religiões, a sexualidade está ligada ao amor a Deus, à preservação de valores cristãos, vinculando o ato sexual apenas ao casamento e à procriação, sendo todos

submetidos às normas religiosas oficiais, sendo necessário manter-se virgem e castos até a realização do matrimônio (Figueiró, 2001).

Ainda na abordagem religiosa, temos a visão Libertadora, que também liga a vivência da sexualidade ao amor de Deus e ao próximo, mas dando uma maior abertura ao debate, à aquisição de informações de conteúdo, buscando levar seus adeptos a serem sujeitos de sua sexualidade, com liberdade e responsabilidade, entretanto, tendo como metas a conservação dos princípios cristãos fundamentais (Figueiró, 2001).

A divergência entre as abordagens católica e protestantes, seja na abordagem tradicional ou libertadora, se apresenta em suas fontes. No caso das abordagens protestantes, os direcionamentos são feitos de acordo com o definido na Bíblia; já nas abordagens católicas, além da Bíblia, tem-se como parâmetros documentos oficiais vindos do Vaticano⁶ (Figueiró, 2010).

Na abordagem Médica da ES, a ênfase é assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade, fornecendo informações relacionadas à biologia do sexo, apresentando alternativas para uma melhor vivência sexual e apontando soluções terapêuticas (Figueiró, 2001).

Na abordagem da ES descrita como pedagógica, volta-se para o processo de ensino e aprendizagem de conteúdos sobre sexualidade, valorizando o debate, as discussões envolvendo emoções, angústias, dúvidas e sentimentos. Redireciona a formação de valores e atitudes de forma individual (Figueiró, 2001).

Como última abordagem destacamos a Abordagem Emancipatória da ES, anteriormente denominada abordagem política. Essa abordagem foi escolhida como aporte teórico para nossa pesquisa, porque abarca a abordagem pedagógica, mas não de modo individual, pois envolve o mundo como um todo, buscando a transformação social, na luta contra preconceitos, tabus, para que o sujeito conviva bem com sua sexualidade, reconhecendo a importância dos conhecimentos científicos sobre sexualidade, que lhe proporcionará uma autonomia em suas decisões (Figueiró, 2018).

⁶ O Vaticano, sede da Igreja Católica Apostólica Romana, é o menor país soberano do mundo. O papa, além de ser a autoridade máxima da Igreja, também é o chefe absoluto dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Vaticano.

1.3 EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA (ESE)

Na escola, quando é possível trabalhar a ES, geralmente é na perspectiva biologizante e não emancipatória. Podendo também refletir, em alguns momentos, bloqueios pessoais do professor, insegurança quanto às consequências do seu trabalho junto à comunidade e aos pais. A escola deve assumir seu papel de educadora, não ignorando a questão sexual do aluno, ou dar-lhe somente informações biológicas (Vieira; Matsukuda, 2017).

Várias propostas no ensino de Sexualidade, de acordo com Nunes (1996), seguem uma proposta de alienação viabilizada na educação formal, enfatizando interesses imediatos, para uma sociedade já estruturada com contexto desumanizador. Refletindo sobre a questão o autor expõe:

A sexualidade emancipatória é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza única da sexualidade humana. Nesta direção, o conceito emancipatório busca superar um conceito de alienação (Nunes, 1996, p. 227).

Ao falar em sequência didática, ou atividades para os alunos em Educação Sexual, Figueiró (2006, p. 38) considera “toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, considerando o conhecimento de informações básicas, discussões e reflexões de valores, sentimentos, normas e as atitudes ligadas à vida sexual”.

Concordamos com Brittos, Santos e Gagliotto (2013, p. 4), quando afirmam que: “A educação sexual é denominada emancipatória, por estar comprometida com a transformação social, onde o indivíduo necessita desenvolver sua autonomia com as questões ligadas aos valores e comportamentos sexuais”.

As atividades propostas em uma perspectiva emancipatória implicam em ajudar o educando a encarar a Sexualidade como algo bonito, ao invés de banal. Necessita abrir espaço para reflexão e discussão onde os jovens possam expor suas dificuldades, anseios, favorecendo um saber compartilhado. Pode-se notar que tanto alunos como professores, restringem a Educação Sexual como uma “parte do corpo” a ser conhecida, restringindo a conceitos biológicos. Entretanto, esse estudo vai muito além disso, pois a Sexualidade está na natureza humana, carregando dentro de si intencionalidade e escolha, como parte da constituição do indivíduo (Figueiró, 2018).

Para Figueiró (2006, p. 67):

O significado do ensino da sexualidade está em formarmos jovens e adultos com conhecimento seguro de si mesmos e das questões da sexualidade, para que possam viver de maneira feliz, segura e responsável a sua sexualidade. Além disso, queremos formar cidadãos críticos e amadurecidos, participantes da transformação dos valores e das normas sociais ligadas às questões sexuais, incluindo-se, nesse conjunto, a transformação das relações de gênero, a fim de assegurar a igualdade e o respeito mútuo (Figueiró, 2006, p. 67).

No contexto do último nível da Educação Básica, o Ensino Médio (EM), encontramos indivíduos em um conjunto de diversas variáveis, como o corpo físico em crescimento, a curiosidade cada vez maior sobre práticas sexuais e reprodutivas, a orientação sexual e possíveis vínculos amorosos. Além disso, a individualidade é afetada pelo contexto familiar, social, moral ou religioso (Quirino; Rocha, 2012).

Figueiró (2001) apresenta um conceito ampliado de sexualidade:

A sexualidade [...] não pode ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma 'parte' do corpo [...] É uma dimensão "essencialmente humana", cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, que deve ser compreendida em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais (Figueiró, 2001, p. 39).

Nesta citação, percebemos uma forma de refletir sobre a questão da ESE como um elemento que auxilia no bem-estar individual e no desenvolvimento de uma vida sexual saudável. Embora vivamos em uma sociedade que prega a liberdade sexual, o adolescente valoriza em extremo a aparência física, deparando-se com o mito do corpo perfeito, agregando-o como suporte para conquista do desejo do parceiro e, conseqüentemente, do prazer e felicidade (Figueiró, 2018).

Contudo, Gagliotto e Lembeck (2011) ressaltam a importância de uma Educação Sexual na perspectiva Emancipatória de forma coerente, afirmando que:

[...] não existe intervenção emancipatória se não tivermos uma atitude de coerência entre nossas palavras e ações. Os valores de cada um devem ser respeitados. Discutir aspectos da sexualidade não significa a determinação ou a imposição de uma única e específica forma de encarar a questão. Ao nível de valor, não existe o certo e o errado, o verdadeiro e o falso e, neste sentido, o confronto e a discussão de opiniões são fundamentais para que o próprio aluno tenha condições de se posicionar (Gagliotto; Lembeck, 2011, p. 15).

Quando as questões sobre ES não são discutidas na escola, transmite-se a mensagem que o assunto é um tabu, e o adolescente desinformado sobre o assunto resultará em um adulto infeliz com sua sexualidade, nunca se sentindo plenamente realizado nesse aspecto de sua existência. Gagliotto e Lembeck (2011) orientam que as aulas levem o aluno a discutir, refletir, encontrar seus valores de maneira crítica às informações que são mediadas pelo professor.

Nunes e Silva (2001) corroboram em dizer que o adolescente não é um “aborrecente”, ele apenas está em um período de desenvolvimento rico em transformações corporais, psíquicas e sociais, uma etapa da vida que deve ser compreendida e plenamente vivenciada. Em decorrência desta afirmação, percebemos que o professor, ao discorrer sobre sexualidade, deve estabelecer uma relação de diálogo, afeto e parceria, pois os comportamentos dos adolescentes vão variar de acordo com a realidade social em que vivem. Mas o que independe da realidade social é a curiosidade, questionamentos e preocupações, como o tamanho do pênis nos meninos, o formato dos seios e o medo de gravidez nas meninas, e em ambos a angústia em relação à primeira relação sexual.

Tratar da sexualidade em uma perspectiva emancipatória requer uma reeducação dos profissionais que estão em contato direto com os adolescentes, promovendo, organizando e planejando atividades, mantendo um processo permanente de ação e reflexão, sanando dúvidas e necessidades desse grupo, com uma linguagem clara e humanista. Esses jovens devem confiar no educador, de modo a compartilhar seus medos e angústias, sem rótulos ou moralismo, permitindo deste modo, que os mesmos se tornem cidadãos mais críticos e humanos (Figueiró, 2018).

Tuckmantel (2009, p. 367) pondera sobre as limitações decorrentes da inconsistência teórica e conceitual na formação do professor sobre a perspectiva emancipatória; seu discurso está vinculado ao discurso biologizante do conhecimento anatômico e fisiológico, inviabilizando a possibilidade de consciência crítica ou emancipação humana. Embora a ESE não pressupõe essa separação das dimensões anatômicas e fisiológicas da afetivo-relacional ou social, o ato de distribuir preservativos aleatoriamente aos alunos(as), não significa, por exemplo, um episódio formativo de ES, pois a escola precisa difundir valores e saberes essenciais para a vida em comunidade.

Um dos objetivos da ESE, segundo Tuckmantel (2009, p. 378), tenciona a promover a dignidade sexual contra a sua banalização, apelar a “responsabilidade nas condutas sexuais contra qualquer tipo de submissão e/ou exploração, além de insistir na necessidade do sentimento de respeito a si e à outra pessoa contra quaisquer tentativas de exposição, utilização e/ou instrumentalização”.

A ES no EM encaminha o(a) adolescente para a conquista de sua identidade, não apresentando a realização sexual como um caminho fácil, instruindo-o(a) a assumir e enfrentar as consequências dos fracassos e frustrações, levando-o(a) a acreditar que o caminho da vida está sempre aberto. Nesse sentido, o educador e o educando encontram-se no mesmo patamar, na busca de um projeto existencial mais amplo no âmbito da sexualidade, uma vez que a sexualidade está ligada à vivência da pessoa (Gaglioto; Lembeck, 2011).

1.4 DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

Com quem o jovem namora, se quer ter filhos ou não, decisões sobre métodos contraceptivos, são temas que se relacionam à sexualidade e à sua reprodução. Para que essas decisões sejam tomadas, é preciso garantir a sua liberdade de decidir de forma segura e sem preconceitos. Os conceitos de direitos sexuais e reprodutivos são relativamente novos no mundo. Desde 1994, em uma Conferência Internacional da ONU sobre população e desenvolvimento, conferiu-se um papel primordial à saúde e aos direitos reprodutivos, focalizando no desenvolvimento do ser humano (Brasil, 2005, p. 5).

O Ministério da Saúde elaborou um caderno sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, onde apresenta a definição de Direitos Sexuais:

Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a). Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual. Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças. Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física. Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual. Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras. Direito de ter relação sexual independente da reprodução. Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS. Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação. Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva (Brasil, 2009, p. 4).

Os direitos sexuais são fundamentais para garantir a todas as pessoas que tenham uma existência digna, direito à liberdade, informação, prazer, saúde e autonomia. Todo jovem tem do direito de exercer sua vida sexual livre de discriminação, tem o direito de insistir na prática do sexo seguro, resguardando, além de sua segurança, uma gravidez não planejada. Os mesmos direitos se aplicam a ter acesso a todo tipo de informação, educação sobre sexualidade e saúde sexual, o que proporciona o desenvolvimento de um indivíduo com formação autônoma e integral (Moraes; Vitalle, 2012).

No mesmo caderno, o Ministério da Saúde propõe a definição de Direitos Reprodutivos:

Direito das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas. Direito a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos. Direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência (Brasil, 2009, p. 4).

Em suma, os direitos reprodutivos buscam igualdade e liberdade na esfera reprodutiva, e os direitos sexuais dizem respeito a equidade e liberdade no exercício da sexualidade, portanto, estão intimamente ligados, inserindo uma nova forma de ver a saúde. Esses direitos se aplicam aos jovens e adolescentes, sendo resguardado o atendimento sem qualquer tipo de discriminação, garantindo privacidade e segredo. Durante o atendimento, “O preconceito não pode fazer parte da relação entre os profissionais da saúde e os/as usuários/as dos serviços. [...] a pessoa vítima do preconceito vai ter um prejuízo para sua saúde física e mental” (Ávila, 2003, p. 469).

Os direitos sexuais e reprodutivos garantem autonomia no trato da saúde sexual e reprodutiva do adolescente, concedendo o direito de receber informações nas escolas e serviço de saúde. A prática preventiva nessas instituições, levará à preservação e à promoção da saúde, se tornando um desafio em dois sentidos: “[...] a formação técnica para lidar com reprodução e questões da sexualidade, e a formação enquanto consciência de cidadania, que implica o se reconhecer e reconhecer o/a outro/a como cidadão/ã” (Ávila, 2003, p. 469).

Embora algumas leis e resoluções não façam menção à palavra adolescente, ou especifiquem uma faixa etária, elas preveem os direitos ao cidadão, o que inclui os jovens. Deve ser resguardado seu Direito de Privacidade, confiabilidade e sigilo profissional no atendimento, planejamento familiar, garantia legal à gestante

estudante, anticoncepção de emergência em qualquer etapa da vida reprodutiva, garantia de acesso irrestrito aos preservativos, proteção às pessoas infectadas pelo vírus HIV – normas e procedimentos educativos (Ávila, 2003).

O Estatuto da Criança e do Adolescente possui uma carência de artigos, que tratem de sexualidade e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos dos adolescentes. Embora a abertura da Lei destaque a proteção integral ao adolescente, não há integralidade sem considerar os elementos da sexualidade (Moraes; Vitalle, 2012).

Os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes muitas vezes não são garantidos. A maioria dos marcos legais analisados não cita diretamente o termo “adolescente”, mas eles devem ser considerados como integrantes das expressões “cidadãos”, “direito de todos”, “homem e mulher”. Muitas das garantias legais afetam diretamente a população adolescente (garantia de escolarização na maternidade, distribuição de preservativos, não discriminação por sorologia em ambiente escolar) e são instrumentos importantes de preservação dos direitos sexuais e reprodutivos (Moraes; Vitalle, 2012, p. 52).

Os direitos sexuais e reprodutivos não se separam, já que ambos garantem o exercício de autonomia em viver sua sexualidade e tomar suas decisões quanto à sua vida sexual e reprodução, assim como ser responsável por suas escolhas (Diáz; Cabral; Santos, 2004).

Os direitos sexuais e reprodutivos devem ser divulgados nas escolas, entre os adolescentes, como estratégia de reflexão sobre seus compromissos e responsabilidades ao exercer sua sexualidade, melhorando sua qualidade de vida.

CAPÍTULO 2 – DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

2.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN⁷)

Os Parâmetros Educacionais do Ensino Médio (PCN-EM) foram uma proposta educacional dos anos de 1990, sendo posteriormente no ano de 2002, lançada a proposta PCN+2002, estabelecendo formas de organizar o currículo do Ensino Médio Brasileiro. Sobre o ensino de temas relacionados à Sexualidade no PCN do Ensino Médio, Costa (2016) afirma que:

[...] há algumas discussões relacionadas à sexualidade, contudo, são mais escassas do que as orientações preconizadas para o Ensino Fundamental. A sexualidade é citada no volume Bases Legais nos seguintes aspectos: aprender sobre o tema para o exercício de uma liberdade mais responsável, para embasar decisões pessoais e por se tratar de uma preocupação comum na vida dos jovens (Costa, 2016, p. 30).

Os PCN+ de 2002 vieram com uma proposta de complementar o PCN-EM, visando diminuir a distância entre o que seria proposto e sua posterior execução, permitindo a criação de novas possibilidades. No volume 2, de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, apresenta uma orientação ao professor de Biologia, em que afirmam que os jovens irão aprender se as aulas: “estiverem significativamente relacionadas com as preocupações comuns na vida de todo jovem: aparência, sexualidade e reprodução” (Brasil, 2016, p. 18).

Observamos que a proposta de um documento norteador para a Orientação Sexual⁸ no currículo das escolas, como tema transversal, limita-se ao terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. O Ensino Médio contempla propostas curriculares para o desenvolvimento de competências e habilidades. Dentre as competências propostas para o ensino de Biologia, verificamos a seguinte citação:

Discussão e argumentação de temas de interesse de ciência e tecnologia direcionado à habilidade de analisar de que maneira textos didáticos, revistas, jornais, programas de tevê e rádio tratam questões relativas à sexualidade, como as questões de gênero, as expressões da sexualidade, as relações

⁷ A BNCC não veio para romper com o que já estava sendo feito pelos PCNs, mas para acrescentar novos aspectos, temáticas e práticas de modo a atualizar o trabalho em classe. A ideia é que sejam direções para os currículos dos sistemas de ensino, de forma integrada.

⁸ Nos PCN (Brasil, 1997), o termo Orientação sexual se mostra como um processo de intervenção pedagógica planejada, intencional e sistemática, mas de acordo com Figueiró (1996, p. 52), “a orientação sexual diz mais sobre a sexualidade do indivíduo em relação à sua identidade sexual, que vai sendo construída ao longo da infância, e como a pessoa se comporta ao longo de sua vida”.

amorosas entre jovens, as doenças sexualmente transmissíveis, distinguindo um posicionamento isento, bem fundamentado do ponto de vista científico, da simples especulação, do puro preconceito ou de tabus (Brasil, 2002, p. 38).

Além das competências, deve-se também articular algumas habilidades, como elaborar explicações sobre evolução de IST, e “[...] escolher medidas que representem cuidados com o próprio corpo e promovam a saúde sexual e reprodutiva dos indivíduos” (Brasil, 2002, p. 45).

Zompero *et al.* (2018, p. 107-108) salientam que a visão do PCN do Ensino Médio deve avançar além do conhecimento do corpo, e das emoções que envolvem a sexualidade, pois não há menção de gênero, discriminação e homossexualidade em seus parâmetros.

2.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A BNCC foi prevista na promulgação da Constituição Federal da República em 1988, mas só finalizou a etapa do Ensino Médio trinta anos depois. Durante o processo gestores, professores e técnicos de educação sugeriram melhorias para o documento através de formulários *on-line*. O documento contempla diversas áreas, entre elas a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, que sugere apenas nos itinerários formativos que seja trabalhada sexualidade em núcleos de estudos, onde pode-se promover debates, seminários, palestras, desenvolvendo estudos e pesquisas (Sartori, 2022).

No mesmo tópico, ainda salienta o protagonismo dos estudantes, para que sejam criadas situações de trabalho colaborativas, favorecendo as demandas dos estudantes, propondo que:

Os sistemas de ensino e as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, considerando as características de sua região, as culturas locais, as necessidades de formação e as demandas e aspirações dos estudantes. Nesse contexto, os itinerários formativos, previstos em lei, devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes (Brasil, 2018, p. 471).

A Sexualidade faz parte dos sujeitos, por isso ela está presente na escola e seu conceito vai muito além do nosso corpo. Figueiró (2010) parte da constatação que a Educação Sexual é parte integrante da formação global do indivíduo, não podendo

ser separada. Werebe (1998, p. 39) assegura que “a Educação sexual compreende todas as ações que exercem sobre um indivíduo [...] com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes”.

Partindo destas constatações sobre a importância da compreensão da sexualidade na escola, é repreensível um documento que retire do currículo a educação sexual, orientação sexual e o gênero. A BNCC necessita de uma atualização, a fim de “[...] inserir a Educação para a Sexualidade na escola com a amplitude que se deve, sendo importante para sanar todos os problemas já citados anteriormente que o/a aluno/a adquire devido à falta de informação” (Sartori, 2022, p. 8).

Uma onda conservadora que domina o debate público nos últimos anos, acredita que apenas a família é responsável e capaz de tratar desse assunto, eximindo a escola do ensino e debate, sendo que a própria BNCC do Ensino Médio expressa o compromisso de uma educação integral do estudante, ensinando-o a respeitar as diferenças, sem discriminação e preconceitos (Barboza; Viçosa; Folmer, 2019).

Não há motivos para não trabalhar a Educação Sexual no ambiente escolar, já que a Sexualidade é presente na vida de todos, portanto, com respaldo da BNCC, mesmo que pouco explicitamente, há um caminho longo a ser percorrido, a fim de “garantir que os direitos humanos, inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, sejam garantidos” (ONU, 1948).

2.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO PARANÁ

O Currículo Priorizado da Rede Estadual de Ensino de Biologia no Paraná, formulado em 2021, não apresenta nenhuma referência ao ensino de Sexualidade, somente há a menção no conteúdo de reprodução humana, a possível identificação de diferentes métodos de prevenção de IST e contracepção, bem como a importância do planejamento familiar (Paraná, 2023a).

Já o Referencial Curricular do Paraná (CREP) (Paraná, 2021b), em seu texto introdutório, orienta os professores a olharem para as desigualdades e as diversidades de raça, gênero e sexualidade, apresentando citações do Art. n. 27 da Resolução CNE/CEB n. 03/2018, contemplando os incisos XV e XIX:

XV – promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas; XIX – atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas (Paraná, 2021, p. 29 apud Brasil, 2018).

No Referencial Curricular do Paraná (Paraná, 2021c), volume 2, a mesma indicação em trabalhar as noções de respeito aos direitos humanos para as questões de sexualidade e gênero, entretanto, na referida versão, ancorada no contexto da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No volume 3 do mesmo referencial (Paraná, 2021d), composto do mesmo teor citado acima na composição dos princípios teórico-metodológicos para a elaboração de Itinerários Formativos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, se insere a ideia no tema referente à Mediação e Invenção Sociocultural.

Por mais recente que os referenciais tenham sido construídos e que tenham gerado algumas discussões dentro da escola, a ES ainda é um assunto que pode ser censurado por professores ou pela equipe diretiva. Embora o Referencial Curricular do Paraná incentive a aplicação de programas de ES nas escolas, não o apresenta de forma não obrigatória (Paraná, 2023).

O tema ES deve ser tratado como qualquer outro tema pelos professores, mas quando acontece, geralmente o papel de realizar palestras, projetos, é designado ao professor de Biologia, embora, de acordo com o Referencial, os professores de Ciências Humanas também podem mediar o assunto. Entretanto, não deve ser obrigatório, pois qualquer outro professor que tiver maior intimidade com os alunos e conseguir levar as discussões com acolhimento e conhecimento científico, poderá fazê-lo.

A ausência de obrigatoriedade acarreta, para o Brasil, um baixo desempenho no trabalho com o ensino da ES, tanto com o aluno como com a capacitação de educadores (Zompero *et al.*, 2018).

CAPÍTULO 3 – A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

3.1 – A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ESCOLA

A internet oferece uma gama de possibilidades, onde é possível encontrar praticamente qualquer assunto de interesse. Já há algum tempo, muitos adolescentes usam esse meio como primeira opção como fonte de informação. De acordo com o IBGE Educa (2019), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do mesmo ano, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 82,7% dos domicílios nacionais possuem acesso à internet, e com o advento da pandemia em 2020 e a implantação do ensino remoto emergencial, esse acesso foi ampliado. No ensino remoto, abriu-se uma janela com possibilidades nunca antes exploradas em sala de aula, como acesso a publicações de divulgação científica (DC), diversas plataformas digitais com jogos, vídeos e espaços culturais virtuais.

Em vista disso, Pastana e Maia (2016) afirmam que:

Atualmente, o contato com materiais midiáticos é cada vez mais intenso, são cada vez maiores as possibilidades de acesso e o tempo que os adolescentes (e as pessoas de forma geral) dedicam a atividades, como assistir programas de televisão, vídeos e filmes, escutar músicas, ler revistas e/ou usar a internet para buscar informações, conhecer e conversar com outras pessoas, pesquisar sobre tema de interesse (Pastana; Maia, 2016, p. 160).

Conceituando Divulgação Científica (DC), Martins *et al.* (2022, p. 1) afirmam que “é um método de difusão do conhecimento científico-acadêmico, cujo objetivo é democratizar o acesso à informação e estimular o desenvolvimento de senso crítico, atingindo diferentes públicos”.

Pena, Machado e Silva (2018, p. 130) acrescentam que: “Este tipo de veiculação recebe a denominação de divulgação científica e admite várias formas, incluindo jornalismo científico, livros didáticos, palestras para popularização da ciência etc.”.

Após o período pandêmico, no decorrer do retorno ao ensino presencial, as propostas didáticas foram direcionando a mídia para a sala de aula. Anterior a esse período, no caso específico da divulgação da Ciência, as propostas didáticas se concentravam “mais diretamente no trabalho com textos do jornalismo científico

publicados em jornais e revistas sobre assuntos atuais [...]” (Cunha; Giordan, 2009, p. 8).

Cunha e Giordan (2009, p. 9) defendem que “os textos que divulgam a Ciência sejam levados à sala de aula com o objetivo de fomentar debates e discussões em torno dos assuntos abordados nestes textos”.

O uso de textos de divulgação científica durante a aula pode contribuir para a educação⁹ do adolescente, pois, de acordo com Santos e Ramos (2021), o texto ajuda a divulgar, discutir questões para um público não especializado, geralmente de forma interessante, com linguagem acessível ao público leigo.

O processo de ensino e aprendizagem pode estar comprometido com diferentes concepções metodológicas e pedagógicas, o que implica na existência de abordagens variadas, onde o gênero textual de divulgação científica contribui, apresentando técnicas e recursos, como infográficos, tabelas, imagens, com linguagem clara ao público, sendo de fácil compreensão para alunos de Ensino Médio (Giordan; Cunha, 2015).

Na sala de aula, o uso destes materiais contribui para a formação do aluno leitor, onde ele procura significados, sentidos do texto, interpretação de um diferente ponto de vista da sociedade e da mídia, insere o aluno em um mundo contextualizado e atual. Corroborando com as ideias dos autores Pena, Machado e Silva (2018, p. 131), ao afirmarem que “ao inserir estes meios de informação na escola pode-se contribuir para a formação de leitores críticos ‘da palavra’, ‘do seu corpo e do outro’ e do “mundo””.

A divulgação científica, utilizada na sala de aula, aproxima o conhecimento científico do conhecimento trazido pelo aluno, fazendo uma ponte entre a teoria e a prática. Deve-se ter um grande cuidado em escolher os textos ou vídeos, porque estes devem fazer com que o aluno sinta a necessidade de adquirir um conhecimento que ainda não tem e, principalmente, promover um diálogo dessa realidade com os conhecimentos que a expliquem. Deve estabelecer relações da ciência com a tecnologia em que estão vinculados a problemas da vida real dos estudantes (Giordan; Cunha, 2015).

⁹ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania (Brasil, 1990, p. 46).

Os textos de divulgação científica têm caráter informativo e interpretativo e uma postura crítica de leitura; com análise minuciosa do texto, proporciona ao educando a conotação e os valores com que foram elaborados, para que percebam os tipos de conhecimentos envolvidos (Cunha; Giordan, 2009).

Os professores justificam o uso de DC em sala de aula, por ser atual, por apresentar conceitos mais complexos de forma atrativa e efetiva. O aluno é beneficiado com a capacidade de argumentos que o material traz para determinado tema. O texto, desse modo, pode ser transformado e adaptado com o objetivo de auxiliar a aprendizagem de conceitos atuais (Martins; Nascimento; Abreu, 2004).

A DC é encontrada em múltiplos meios de comunicação, como *sites*, televisão, jornais, livros, revistas, caracterizando-a como heterogênea, devido a esta variedade de veículos. No caso dos textos, podem ser usados de diferentes formas, desde a contextualização, problematização ou organização dos conhecimentos, desencadeando, após a leitura, debates entre os alunos (Martins; Nascimento; Abreu, 2004).

O movimento anticiência cria um ceticismo intencional sobre as evidências científicas, e, como frente de combate, a DC tem crescido como campo de conhecimento e estratégia de ação. Em sala de aula, o professor poderá orientar a checagem do material utilizado (Coscarelli, 2020).

Ainda trabalhando a importância da divulgação científica em sala de aula, Lordêlo e Porto (2012) asseguram que o indivíduo terá condições de compreender e tomar decisões que de alguma forma irão afetar as suas vidas por meio do conhecimento, de modo que a DC atua de forma intensa para alcançar os jovens.

A internet é uma ferramenta de forte propulsão para a DC, e “a atuação da escola é de fundamental importância por ser um espaço aberto para a socialização do conhecimento científico” (Lordêlo; Porto, 2012, p. 30).

Na atual conjuntura, a circulação de discursos não é de exclusividade da divulgação científica, pois os usuários compartilham diversas informações, democratizando-as; entretanto, nesse território virtual, há uma grande disputa do que é real e do que é ficção. Esses conhecimentos adquiridos, pautados ou não na literatura de DC, podem influenciar na tomada de grandes decisões dos estudantes (Gomes; Penna; Arroio, 2020).

Ainda para estes autores, emoções e crenças pessoais têm influência em como o indivíduo vê o mundo à sua volta, e tais percepções nem sempre podem estar alinhadas aos fatos, pois há vários modos de interpretação de uma pessoa. Nesse sentido, o que é verídico ou não verídico pode ser manipulado pelas emoções e crenças pessoais (Gomes; Penna; Arroio, 2020).

Observa-se que no mundo virtual:

A velocidade está sendo a grande 'carta na manga' das notícias falsas, as quais se disseminam por meio de diversas mídias sociais como *WhatsApp*, *Facebook*, *Twitter*, entre outras de grande aderência. A notícia ganha impulso, propaga-se como um verdadeiro incêndio virtual e, dessa forma, consolida opiniões e supostos conhecimentos sobre os mais variados temas (Gomes; Penna; Arroio, 2020, p. 3).

Desse modo, o uso de DC na sala de aula pode promover uma perspectiva real baseada em fatos, experimentações, pesquisas e menos alienada da realidade, despertando no aluno uma autonomia para tecer seus próprios pontos de vista de forma crítica da realidade (Martins; Nascimento; Abreu, 2004).

3.2 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DA ES

O uso das ferramentas digitais foi ampliado após a pandemia da Covid-19, já que as redes públicas de ensino tiveram que equipar seus ambientes de ensino, mesmo que com várias ressalvas (poucos equipamentos e internet deficitária para o uso dos recursos, em muitos casos). Em meio a tanta desinformação, algumas questões são fundamentais para desenvolver uma ES satisfatória. De acordo com Gagliotto e Lembeck (2011):

Primeiramente, tratar da sexualidade na escola requer uma reeducação dos profissionais da educação que estão em contato direto com os adolescentes. Essa reeducação deve buscar, através de fundamentação teórica e científica, discutir e debater a sexualidade humana numa dimensão histórica, antropológica, filosófica, biológica, psicológica e pedagógica, a fim de compreender e ter um relacionamento que possa colaborar com o seu desenvolvimento. É somente através do conhecimento científico que vamos conquistar a confiança e o respeito dos nossos adolescentes (Gagliotto; Lembeck, 2011, p. 13).

Portanto, a análise crítica das pesquisas e fatos verídicos, expostos sobre sexualidade nas reportagens de divulgação científica, auxilia nas tomadas de decisões mais conscientes, fornecendo subsídios científicos, que superam o senso

comum, podendo contribuir de forma decisiva para uma compreensão dessa enorme variedade de conceitos do tema, auxiliando na tomada de decisões dos alunos, principalmente em questões polêmicas como aborto (Diniz; Madeiro, 2016; Maia, 2008; Birolli; Miguel, 2016); violência sexual (Azambuja, 2006); gravidez precoce (Dadoorian, 2003); *sexting* (Barros, Ribeiro, Quadrado, 2015); e questões relacionadas ao conhecimento de seu próprio corpo (Brêtas, 2002).

Quando discutimos e analisamos criticamente textos de divulgação científica dentro da temática de ES no contexto escolar, proporcionamos ao aluno(a) a oportunidade de avaliar estes textos, e com isso fazer melhores escolhas em relação ao que leem. De acordo com Cunha e Giordan (2009, p. 10): “Analisar criticamente as publicações da divulgação da Ciência e levá-las à sala de aula de forma a torná-las ferramentas didáticas é tarefa do professor”. Entretanto, é fundamental que os profissionais responsáveis pela produção deste conteúdo tragam, para além de novas informações, a desmistificação de conteúdos que possam ser prejudiciais para o público leigo.

Além dos amigos mais próximos, os adolescentes usam as redes sociais para sanar suas dúvidas sobre Sexualidade, o que os expõe a informações que podem ser imprecisas ou sem fontes confiáveis, podendo influenciar esses indivíduos a comportamentos sexuais de risco. Neste contexto, as DC em Sexualidade podem aproximar os conteúdos científicos, facilitando o acesso a informações confiáveis de assuntos importantes, preenchendo lacunas de suas curiosidades, desmitificando tabus na sociedade contemporânea que podem levar a diversos problemas, desde gravidez em meninas muito jovens, violência sexual, abortos clandestinos, dificuldade em conhecer seu corpo ou exposição sexual nas redes (Melo *et al.*, 2020).

Pena, Machado e Silva (2018, p. 131) afirmam que a utilização de textos de DC sobre o tema sexualidade humana em sala de aula “oferece a possibilidade de o professor abordar assuntos que não aparecem nos livros didáticos, apesar de despertarem interesse e dúvidas nos adolescentes”.

O acesso à DC está sendo ampliado cada vez mais, com o surgimento de plataformas como o Google Acadêmico, disponibilizando um grande acervo de artigos de DC de muitos assuntos relacionados à Sexualidade, embora algumas das dificuldades da utilização dos textos seja a extensão dos artigos, e dificuldade de leitura e interpretação. Desse modo, é primordial que o professor se apresente como

mediador neste primeiro contato com a busca e leitura (Martins; Nascimento; Abreu, 2004).

Contemporaneamente, existe uma preocupação latente sobre questões sexuais relacionadas à faixa etária dos adolescentes; entretanto, em poucos momentos observa-se um movimento de educação efetiva e contínua para compreensão desta temática, e sem uma mobilização efetiva neste processo educacional e de formação, não há como alcançar ações eficientes e conscientes (Borges; Borges, 2018).

Legitimando a ideia, Caldas (2009, p. 51) afirma que: “A mobilização para a transformação social começa pela aquisição de conhecimento, passa pela conscientização do problema e se transforma em ação cotidiana pelo interesse público, coletivo, quando precedido pela leitura crítica do mundo e da mídia”.

Ouvem-se gritos isolados a favor da ES nas escolas, bem como sua importância, necessidade de discussão e intervenção, seus potenciais riscos e benefícios. Neste contexto é que a DC de Sexualidade merece uma atenção especial, pois não há como conscientizar e educar sem uma DC robusta, que auxiliará para “desembaçar” o olhar do adolescente, dando-lhe real noção do ambiente em que está inserido (Martins; Nascimento; Abreu, 2004).

CAPÍTULO 4 – OS TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS

A presente pesquisa teve como objetivo desenvolver um material voltado para a temática da Educação Sexual, com a implementação no Ensino Médio, utilizando a metodologia de ensino dos Três Momentos Pedagógicos (3 MP), conforme modelo apresentado por Delizoicov; Angotti; Pernambuco (2007).

A proposta de organização de atividades, com base nos 3MP, foi um complemento ao currículo, visando trazer um olhar reflexivo sobre o tema da Sexualidade.

A ES pode estar comprometida com diferentes concepções metodológicas e pedagógicas, o que implica na existência de abordagens variadas, como espaços para diálogos, debates, discussões de filmes, músicas, reportagens, estudos de caso, e diversas outras problemáticas que possam sanar dúvidas dos alunos, esclarecer mitos e tabus em torno dessa temática, tornando o momento da aula um espaço para ele expressar suas opiniões (Figueiró, 2018).

A dinâmica dos Três Momentos Pedagógicos em sala de aula, postulados por Delizoicov; Angotti; Pernambuco (2007), é uma estratégia de ensino caracterizada pela Problematização Inicial, Organização do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento, nessa respectiva sequência.

Com a Problematização Inicial, estimulamos a espontaneidade dos(as) adolescentes com questões reais, relacionadas à temática da Sexualidade, desafiando-os(as) a expor o que pensam, suas dúvidas, levando-os(as) a sentirem a necessidade de novos conhecimentos, portanto, a problematização fica mais fácil quando o(a) aluno está dentro do contexto (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2007).

No segundo momento, da Organização do Conhecimento, são fornecidos materiais sobre a temática, para serem estudados, a fim de obterem mais conhecimento sobre o assunto; e, finalmente, no terceiro momento, da Aplicação do Conhecimento, o(a) discente conseguirá articular o novo conhecimento com situações significativas, às quais estão envolvidos(as) (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2007).

Concordamos com Cortella (2014), quando afirma que os conhecimentos vinculados à ES, provenientes da escola, trazem uma reflexão que servirá à vida coletiva, não somente à vida individual.

Dentro desta perspectiva, Silva Junior (2011) enfatiza que:

A questão da sexualidade, na atualidade, adquire cada vez mais relevância dentro e fora dos muros escolares. É preocupação muitos/as educadores/as e profissionais de outras áreas que investigam, registram e divulgam debates sobre o tema. [...]. Os meios de comunicação de massa se valem da oportunidade para vicejar informações a respeito de sexo, de modo que todos tenham a capacidade de lidar com distintos mecanismos de abordagem e discussão acerca dessa problemática (Silva Junior, 2011, p. 225).

A proposta dos 3MP no ensino de ES (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2007), contribui para uma postura crítica do aluno, a perceber direitos. Essa, como uma abordagem que tende a motivar, desafiar a pensar, e fazer do ensino da Sexualidade um tema interessante.

Para Figueiró (2001):

A sexualidade é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica, pois é, também, culturalmente determinada. As informações sobre ela, trabalhadas na escola, precisam envolver reflexão, tanto individual quanto coletiva, pois é este exercício que permitirá ao educando reconhecer-se como sujeito de sua sexualidade, capaz de construir relações mais saudáveis e positivas e capaz, ainda, de identificar possibilidades de interferir no curso de sua vida e da coletividade (Figueiró, 2001, p. 20).

Participando das atividades atreladas à metodologia, objetiva-se que os discentes reflitam sobre determinados assuntos da ES, apresentando alternativas para aplicá-los a situações cotidianas, uma vez que o aprendizado vai muito além do processo de leitura ou estudo de um texto.

CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são as características práticas de uma pesquisa. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa-ação, de acordo com Tripp (2005) e Thiollent (1988), onde o pesquisador se envolve ativamente, de forma cooperativa e participativa, assim como o grupo de pessoas do fenômeno estudado. Quanto à abordagem, que se refere à forma que se faz a análise dos dados, esta pesquisa se configura como qualitativa e descritiva, onde serão descritas as atividades do objeto de estudo e analisadas as relações entre as suas variáveis.

De acordo com Gil (2008, p. 31), “tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa”. A pesquisa participativa é uma metodologia de pesquisa qualitativa de campo. Isso significa que o pesquisador (professora da turma) vivencia o seu objeto de estudo (alunos do 1º ano Formação de Docentes) para coletar dados.

A pesquisadora vivenciou nesse estudo, se tornando uma observadora participante, que manteve neutralidade, apenas observando os fatos, os eventos, as relações e experiências como coleta de dados. Como citado anteriormente, a pesquisadora é docente da turma, portanto, sua inserção como observadora participante na implementação do projeto se deu de forma natural.

A pesquisa qualitativa parte de um ambiente natural no qual o pesquisador faz parte, recolhendo informações com gravações de áudio, vídeo ou bloco de anotações. Como apontam os autores Bogdan e Biklen (1994, p. 49): “A palavra escrita assume particular importância na abordagem qualitativa, tanto para o registro dos dados como para a disseminação dos resultados”. Na pesquisa qualitativa não se coletam dados apenas para confirmar hipóteses, mas se empenham para construir situações conforme ocorre o desenrolar da experiência.

5.1 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Na primeira etapa foi feita uma sondagem diagnóstica com os alunos. Essa sondagem foi por meio de uma roda de conversa na sala de aula sobre os temas que poderiam interessar aos alunos e uma futura sequência de atividades. A roda de conversa foi possível por ser professora da turma no componente curricular de

Biologia, permitindo, dessa forma, identificar algum conhecimento sobre ES, e com base nisso foi adequado o planejamento do material didático às necessidades dos alunos. A sondagem se deu por meio de questionamentos com a turma, inspirada em Alarcão (2001, p. 1), ao declarar que “um professor–pesquisador, entre outras coisas, é um questionador. Suas perguntas impulsionam para frente”.

A percepção como professora pesquisadora no contexto escolar também foi analisada, bem como as reações dos alunos por meios sensoriais, da linguagem, das atitudes e dos relatos por escrito. O grupo de participantes foi conhecido após a sondagem diagnóstica inicial, percebendo-se que atendiam aos critérios de leitura e interpretação.

Na segunda etapa houve o desenvolvimento de temas para a sequência de atividades, baseadas na abordagem dos 3MP. Na terceira etapa ocorreu a implementação do Produto Educacional com 30 alunos do 1º ano do Ensino Médio, do curso de Formação Docente em seis encontros.

Por fim, foram analisados os dados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) – de Moraes e Galiazzi (2005). O processo iniciou-se com a unitarização, onde os textos foram separados por significados, categorizando-os com a articulação dos semelhantes, onde surgiram categorias para análise. O resultado da análise dessas categorias foi o metatexto, resultante de um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO

Os participantes da pesquisa foram estudantes de um Colégio Estadual de Ensino Médio e Profissionalizante, localizado no norte do Paraná. A instituição possui 3 turnos, em que, para o ano de 2023, o período matutino contemplou 12 turmas de 1º ao 3º ano. O turno vespertino ofertou somente o curso profissionalizante Formação de Docentes, com uma turma, e o noturno contemplou turmas de 1º e 3º ano.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os alunos participantes da pesquisa eram estudantes do curso integrado – Ensino Médio/Profissionalizante Formação Docente. Apresentavam faixa etária de 14 a 45 anos.

O perfil dos alunos do período vespertino, no curso voltado à carreira docente, em geral, provém de classes sociais desfavorecidas econômica e culturalmente e são egressos de escolas públicas. Alguns deles ingressaram no curso por pressão da família ou pela busca de uma nova profissão devido ao desemprego. Apenas 40% dos alunos não apresentou baixo desempenho nas avaliações.

Os alunos foram codificados de A1 a A30, para posterior análise dos resultados da pesquisa.

5.4 DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO

O critério de seleção dos participantes foi a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (Apêndice A e B) pelos discentes, e a autorização de seus pais para a participação na pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), que garantiu ao participante o respeito aos seus direitos. Não foram declaradas as identidades dos(as) alunos e da escola para a divulgação dos resultados.

Para a elaboração do material didático foi realizado um levantamento bibliográfico relacionado à ESE e na metodologia de ensino baseada nos 3MP foram construídos os roteiros de atividades para elaboração do Produto Educacional, que foi avaliada por pares. Após os ajustes, houve a implementação do mesmo em seis reuniões com os participantes da pesquisa.

Os temas da ESE que foram implementados são: 1) Gravidez Precoce; 2) Abuso e Violência Sexual; 3) Aborto; 4) Conhecendo o corpo; 5) *Sexting*; 6) Respeito à diversidade; conforme o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Roteiros de Atividades sobre Educação Sexual Emancipatória por meio dos Três Momentos Pedagógicos

Tema 1 – Gravidez Precoce		
Tempo estimado: 4 aulas		
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Educar sexualmente e contribuir para conter o avanço da gravidez de adolescentes¹⁰. • Conscientizar que a gravidez na adolescência diminui as chances de conclusão dos estudos e, conseqüentemente, resulta em menor qualificação profissional, prejudicando o ingresso no mercado de trabalho. 		
Problematização do Conhecimento: Publicações de pesquisas atualizadas dos cinco últimos anos com dados sobre a gravidez precoce.	Organização do Conhecimento: Textos de Divulgação Científica. Vídeos	Aplicação do Conhecimento: Produção de texto.
Tempo estimado: 60 min	Tempo estimado: 70 min	Tempo estimado: 70 min
Tema 2 – Abuso e Violência Sexual		
Tempo estimado: 2 aulas (100 minutos)		
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar algumas formas de abuso e violência sexual. • Construir competências para atuarem na sua autoproteção. 		
Problematização do Conhecimento: Reportagens de casos de violência sexual.	Organização do Conhecimento: Textos de Divulgação Científica	Aplicação do Conhecimento: Leitura: Artigo de divulgação científica. Confecção de Cartaz
Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 30 min
Tema 3 – Aborto		
Tempo estimado: 2 aulas (100 minutos)		
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o aborto como uma questão de saúde pública. • Debater sobre a descriminalização do aborto. • Compreender o direito assegurado ao aborto legal e seguro de crianças¹¹ grávidas. • Discutir sobre a autorização da interrupção da gravidez em condições de segurança e que preservem a saúde física e psíquica da mulher. 		
Problematização do Conhecimento: Estudos de Caso	Organização do Conhecimento: Textos de Divulgação Científica, Vídeos, Questões em grupo.	Aplicação do Conhecimento: Leitura: Artigo de divulgação científica. Debate: com intuito de desenvolver o potencial argumentativo, expondo-os a diferentes pontos de vista e colocando-os em situações fora de sua zona de conforto intelectual.
Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 30 min
Tema 4 – Conhecendo o corpo		
Tempo estimado: 2 aulas (100 minutos)		
Objetivo:		

¹⁰ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Art. 2º Considera-se adolescente, para os efeitos desta Lei, aquela entre doze e dezoito anos de idade. (Brasil, 1990, p. 12).

¹¹ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos (Brasil, 1990, p. 12).

<ul style="list-style-type: none"> • Compreender atos de tocar, sentir, afetos, prazer, desejo pelo outro, emoção e erotismo, como uma função humana saudável, que é influenciada pelos aspectos biopsicossocial e cultural. 		
<p>Problematização do Conhecimento: Leitura de Poemas e Roda de Conversa</p>	<p>Organização do Conhecimento: Textos de Divulgação Científica Vídeos Questões em grupo</p>	<p>Aplicação do Conhecimento: Análise de imagens e questões a serem discutidas em grupo.</p>
Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 30 min
Tema 5 – Sexting		
Tempo estimado: 2 aulas (100 minutos)		
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre como a vida digital tem intensificado as práticas de sexting e exposição na internet pelo público jovem e adolescente. • Detectar crimes e violações aos direitos humanos na internet envolvendo vazamento de imagens íntimas. 		
<p>Problematização do Conhecimento: Apresentação de reportagens jornalísticas. Vídeo Roda de Conversa</p>	<p>Organização do Conhecimento: Textos de Divulgação Científica Vídeo Construção de uma tabela em grupo</p>	<p>Aplicação do Conhecimento: Vídeo Questões Individuais, incluindo pesquisa sobre órgãos de proteção e apoio aos adolescentes, no campo psíquico e criminal.</p>
Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 30 min
Tema 6 – Respeito à diversidade		
Tempo estimado: 2 aulas (100 minutos)		
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender que a diversidade está presente na sociedade, dando ênfase na construção de valores que facilitam a convivência e a tolerância, como o respeito à individualidade, à diversidade, à sexualidade e a(s) escolha(s) sexual(is). 		
<p>Problematização do Conhecimento: Reportagens em vídeos sobre casos de violações aos direitos humanos em relação à diversidade sexual. Dinâmica de Grupo</p>	<p>Organização do Conhecimento: Textos de Divulgação Científica Jogo: Conceitos da diversidade sexual.</p>	<p>Aplicação do Conhecimento: Atividade: Complete as frases.</p>
Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 35 min	Tempo estimado: 30 min

Fonte: As autoras (2024).

5.5 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS

Os dados desta pesquisa foram analisados pelo método da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2007), que tem sido amplamente aplicado em pesquisas qualitativas no campo educacional, com o intuito de aprofundar a compreensão dos fenômenos que serão investigados por meio de uma análise criteriosa dos vários tipos de informações que coletamos durante a pesquisa.

A análise textual emergiu de um processo auto-organizado, que compreendeu os três componentes do ciclo: desconstrução dos textos do *corpus*¹², a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos das unidades, a categorização e o captar do novo emergente, em que a nova compreensão foi comunicada e validada em forma de texto escrito.

A princípio, os materiais foram examinados em seus detalhes, sendo o momento de desconstrução e unitarização. As fragmentações destes textos foram feitas pela própria pesquisadora, construindo as unidades de análise. Após construir as unidades, categorizamos, comparando as unidades, e agrupando as que tiveram elementos de significação semelhantes. Posteriormente à categorização, passamos para a etapa da estrutura textual, os metatextos¹³, os quais foram construídos a partir da descrição e interpretação das categorias, representando a compreensão e teorização dos fenômenos investigados.

O *corpus* da pesquisa foi constituído das atividades realizadas em sala de aula com uma turma de 1º ano do curso de Formação Docentes do Ensino Médio, utilizando o PE intitulado Educação Sexual: Momento de Aprender. A professora-pesquisadora fez parte do corpo docente desta turma, tendo sido um facilitador para atender o desafio de conquistar a confiança e construir uma efetiva proximidade entre professor-aluno.

¹² *Corpus*: Coletânea ou conjunto de documentos sobre determinado tema (Houaiss; Villar, 2009).

¹³ Metatexto: texto que analisa, descreve, avalia ou elucida outro texto (Houaiss; Villar, 2009).

6 ANÁLISE DE DADOS

A princípio, os materiais foram examinados em seus detalhes, sendo o momento de desconstrução e unitarização. As fragmentações destes textos foram feitas pela própria pesquisadora, construindo as unidades de análise. Após construir as unidades, categorizamos, comparando as unidades e agrupando as que tiveram elementos de significação semelhantes. Posteriormente à categorização, passamos para a etapa da estrutura textual, os metatextos. Os metatextos foram construídos a partir da descrição e interpretação das categorias, representando a compreensão e teorização dos fenômenos investigados.

O *corpus* da pesquisa foi constituído das atividades realizadas em sala de aula com uma turma de 1º ano do curso de Formação Docentes do Ensino Médio, utilizando o PE intitulado Educação Sexual: Momento de Aprender. No processo de unitarização, fizemos a coleta destas atividades, e em seguida desmembramos esse *corpus* a partir de ideias e manifestações presentes. No processo de categorização, estabelecemos relações entre as unidades de significado¹⁴, entre as relações e analisamos como elas se conectam.

As categorias foram organizadas como ordem mista, *a priori*, baseado nas atividades do PE, que foram organizadas pelo método dedutivo, do movimento geral para o particular, nas ações de encaixar as unidades de análise ou sentido, nas categorias (Moraes, 2003). Outrora, utilizamos o método indutivo para construir as unidades de análise emergentes, com base nas informações contidas no *corpus* (unidades de análise) (Moraes, 2003), caracterizando-se como unidades de análise *a posteriori*, pelas questões que emergiram durante a implementação do PE.

Analisamos os resultados com base nos estudos de Moraes e Galiazzi (2015), que sistematizaram a Análise Textual Discursiva. Ao analisar os dados, estabelecemos as categorias e unidades de análise. A ATD intenciona a elaboração de um metatexto que traduza os sentidos encontrados no conjunto de texto, que consiste no *corpus* constituído por descrição e interpretação. Nessa produção, cabe a voz do pesquisador como medida de intervenção nos discursos ao qual sua pesquisa

¹⁴ Unidades de Significado: que representam o sentido das ideias dos sujeitos pesquisados. Com essas unidades de significado o pesquisador passa a fazer a análise interpretativa do fenômeno, buscando compreendê-lo em sua essência (Moreira, W. W.; Simões, R.; Porto, E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. R. Bras. C. e Mov., 2005; 13(4): p. 15).

trata, buscando sempre alcançar o estágio interpretativo, bem como de uma reconstrução teórica (Moraes; Galiazzi, 2015).

De acordo com o método de análise escolhido, começamos pelo processo de unitarização, onde fizemos a coleta das atividades, e em seguida desmembramos o *corpus* a partir de ideias e manifestações presentes. No processo de categorização, estabelecemos relações entre as unidades de significado¹⁵, e analisamos como elas se conectam nos agrupamentos *a priori*.

Diante do exposto, a análise dos resultados foi regida pelo Quadro 2 a seguir, em que somente duas unidades de análise foram emergentes.

Quadro 2 – Categorias e unidades de análise

CATEGORIA	UNIDADES DE ANÁLISE
1 – Educação Sexual como um espaço aberto a debates e reflexões	a) Expressão de sentimentos, dúvidas e angústias. Questionamentos e inquietações sobre sexualidade.
	b) Reflexão sobre questões relacionadas à sexualidade. Ponderações sobre o corpo e consequências de suas atitudes com o mesmo.
	c) Respeito a concepções divergentes. Os indivíduos são sujeitos de direitos e podem exercê-los.
	d) Aceitação da diversidade. Ato de receber e acolher.
2 – Afetividade e segurança	a) Pressão social. Fatores que o indivíduo não se sinta confortável em realizar.
	b) Reconhecimento dos desejos sexuais e afetos. Fatores que o indivíduo não se sinta confortável em realizar.
	c) Decisões a respeito da vida sexual. Avaliação de alternativas e consequências.
	d) Vulnerabilidades e Segurança Sexual. Criminalização, proteção e prevenção.
3 – Cultura da Sexualidade	a) Influência familiar, religiosa ou comportamentos impostos pela sociedade. Expressões sobre sexualidade com característica de influência familiar ou religiosa.
	b) Sensibilização com palavras e atos. Sensibilização negativa em questões sobre sexualidade (Unidade emergente).
	c) Postura de acusação e julgamentos. Incapacidade de compreender uma situação sob outro ponto de vista (Unidade emergente).
4 – Divulgação Científica sob o olhar do aluno	a) Informação baseada em <i>Fake News</i> . Desinformação e desconfiança científica.
	b) Busca de informações e ajuda quando necessário. Direito ao acesso à informação científica.

Fonte: As autoras (2024).

¹⁵ Unidades de Significado: que representam o sentido das ideias dos sujeitos pesquisados. Com essas unidades de significado o pesquisador passa a fazer a análise interpretativa do fenômeno, buscando compreendê-lo em sua essência. (Moreira, W. W.; Simões, R.; Porto, E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. R. Bras. C. e Mov., 2005; 13(4): p. 15.

Com o intuito de preservar os sujeitos da pesquisa, assim como previsto em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos participantes e pela pesquisadora, a leitura do *corpus* usou da codificação em que os alunos participantes da SA, mesmo que de ambos os sexos, estão simbolizados pelos seguintes Códigos de A1 até A30.

Cada temática do material didático, assim como as etapas dos 3 MP, recebeu a seguinte codificação, de acordo com o Quadro 3:

Quadro 3 – Codificação das Temáticas

Temática ESE		3 MP	
Gravidez Precoce	GP	Problematização do Conhecimento	AP
Violência Sexual	VS		
Aborto	AB	Organização do Conhecimento	OC
Conhecendo o Corpo	CC		
<i>Sexting</i>	SX	Aplicação do Conhecimento	AC
Respeito à diversidade	RD		

Fonte: As autoras (2024).

Nosso comprometimento teórico para a análise de dados é com a Abordagem Emancipatória da Educação Sexual com “um compromisso com a transformação social, levando o indivíduo a educar-se do ponto de vista da sexualidade (Figueiró, 2014), seguindo os seguintes critérios, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Critérios estruturantes das categorias *a priori*

Critérios baseados na abordagem Emancipatória da Educação Sexual (Figueiró, 2018)
Desenvolvimento de um cidadão com pensamento crítico
Desconstrução de perspectivas repressora
Compreensão da sua própria sexualidade
Autonomia e Liberdade na tomada de decisões
Ações com responsabilidade e respeito ao outro

Fonte: As autoras (2024).

O texto foi escrito a partir da análise da prática, na atuação direta com os alunos, nas questões levantadas por eles, nas discussões emergidas durante as rodas de conversa durante a implementação do produto. Esclarecemos que o uso na análise, na maioria das vezes, “aluno”, se referindo a todos os gêneros, foi empregado para que a leitura do texto possa fluir mais rapidamente.

Verificamos, nas categorias a seguir, se o educando foi um sujeito ativo nas interações de ensino e aprendizagem, participando das construções de seu aprendizado em uma sociedade onde ele influencia e ao mesmo tempo é influenciado.

6.1 CATEGORIA 1 – EDUCAÇÃO SEXUAL COMO UM ESPAÇO ABERTO A DEBATES E REFLEXÕES

Na primeira categoria *a priori*, evidenciamos as frases que manifestaram a expressão de sentimentos, dúvidas e angústias dos participantes sobre as questões de sexualidade, baseados no critério da ESE “Desenvolvimento de um cidadão com pensamento crítico” e “Ações com responsabilidade e respeito ao outro”. Nesta categoria foram definidas quatro unidades de análise, conforme indica o Quadro 5:

Quadro 5 – Categoria 1 – Educação Sexual como um espaço aberto a debates e reflexões

CATEGORIA	UNIDADES DE ANÁLISE
1 – Educação Sexual como um espaço aberto a debates e reflexões	a) Expressão de sentimentos, dúvidas e angústias. Questionamentos e inquietações sobre sexualidade.
	b) Reflexão sobre questões relacionadas à sexualidade. Ponderações sobre o corpo e consequências de suas atitudes com o mesmo.
	c) Respeito a concepções divergentes. Os indivíduos são sujeitos de direitos e podem exercê-los.
	d) Aceitação da diversidade.

Fonte: As autoras (2024).

Na primeira unidade de análise “Expressão de sentimentos, dúvidas e angústias”, pretendemos conhecer e compreender as inquietudes e reações dos adolescentes frente às questões ligadas à ES. Após a leitura da DC intitulada “Gravidez na adolescência: Quais são os impactos?”, na etapa Organização do Conhecimento dos 3MP, foi questionado como a aluna se sentiria se descobrisse estar grávida, ou se você descobrisse que seria pai, sendo ainda adolescente.

As respostas renderam uma interpretação que, de acordo com os critérios estabelecidos, entendemos suficiente para compreender o proposto na categorização. Dentre as respostas, a palavra mais citada foi “medo” das consequências de suas atitudes. Dentre outras declarações, percebemos sentimentos como decepção, raiva, constrangimento, surpresa. Obtivemos falas como:

“Se descobrisse que estava grávida sentiria medo”(A02; GP; OC).

“Quase aconteceu, eu ficaria ansiosa e com medo, fiquei pensando no meu futuro no que eu ia falar para minha mãe” (A12; GP; OC).

“Medo de parar de estudar, deixar de sair, enjoo, tontura, vômitos, mamas que incham” (A13; GP; OC).

“Quando eu descobri que estava grávida, foi uma sensação de medo e felicidade e medo e mais medo. contei para minha mãe que estava grávida com 7 meses quase ganhando” (A12; GP; OC).

“Se descobrisse que estava grávida ficaria um pouco constrangida e com medo de como eu vou criar um filho, e que não poder terminar meus estudos e ficaria com medo” (A30; GP; OC).

Contando também com outras expressões de sentimentos:

“Se descobrisse que estava grávida entrava em depressão, minha mãe me expulsava de casa, ao mesmo tempo felicidade, por saber que teria um filho(a)” (A01; GP; OC).

“Se descobrisse que estava grávida ficaria um pouco decepcionada com meu erro, mas jamais ficaria triste ou com raiva, tentaria me estabilizar emocionalmente” (A25; GP; OC).

“Se descobrisse que estava grávida, ficaria em choque” (A24; GP; OC).

“Quando descobri a gravidez com 17 anos, a primeira coisa que eu pensava é que como fui burra em confiar no parceiro, ele bem mais experiente, enfermeiro formado, e me engravidou queria matar o parceiro” (A13; GP; OC).

A partir desses fragmentos, percebemos a vulnerabilidade emocional dos alunos (A01, A25 e A13), frente às implicações diretas de uma gravidez precoce na vida da mãe, do pai e do bebê, em nível emocional, social, cultural, econômico e familiar. É importante que os adolescentes de todos os níveis socioeconômicos aprendam e se sensibilizem quanto às informações relacionadas à gravidez, portanto, o momento das atividades na etapa Organização do Conhecimento definiu “uma questão geradora e os temas específicos que deveriam ser trabalhados para a compreensão do tema gerador” (Muenchen, 2010, p. 122).

O tema trabalhado de forma dialógica, proporcionou um momento onde os alunos puderam expressar seus sentimentos, inseguranças, e, principalmente, medo dos conflitos que a gravidez precoce pode ocasionar. Melo e Pocovi (2012, p. 38) afirmam a importância de uma educação sexual em uma perspectiva emancipatória para: “[...] o despertar da consciência crítica, possibilitando aos indivíduos escolherem seus caminhos sem amarras, sem medos [...]”.

A adolescência é permeada por muitos questionamentos e por muitas preocupações, deste modo, é fundamental estabelecer com o adolescente uma relação de diálogo, afeto e parceria. A vivência menos dolorosa da adolescência depende da qualidade da relação estabelecida entre o adolescente e o mundo adulto (Gagliotto; Lembeck, 2011).

Figueiró (2018, p. 164) afirma que em suas pesquisas sobre gravidez precoce, “uma das mais fortes implicações apontadas é relacionada ao mundo escolar e profissional”. Percebemos nas falas várias implicações negativas impostas aos adolescentes que se tornam pais e mães:

“[...] *sonhos e planos interrompidos*” (A05, GP, OC).
 “[...] *perder minha adolescência toda*” (A08, GP, OC).
 “[...] *a vida de balada acaba, o pai tem que arrumar emprego para sustentar a mãe e a criança*” (A11, GP, OC).
 “[...] *parar de estudar e ter que trabalhar*” (A13, GP, OC).
 “[...] *se privaram de amizades, pararam de frequentar a escola*” (A24, GP, OC).

De modo geral, nessa primeira unidade de análise, eles expressaram comumente suas inquietações e angústias sobre as consequências de uma relação sexual insegura (A08, A13, A24), mas, acerca das dúvidas sobre a temática, não demonstraram nenhuma curiosidade.

Após ler o texto de DC, pode-se dizer que as implicações de gravidez na adolescência foram sanadas. A sequência de atividades do PE traz informação crível ao aluno, já que o adolescente mal informado ou desinformado, resultará em um adulto infeliz com sua sexualidade e nunca vai se sentir plenamente realizado.

Na segunda unidade de análise “Reflexão sobre questões relacionadas à sexualidade”, buscamos observar as “Ponderações sobre o corpo e consequências de suas atitudes com o mesmo”.

As reflexões surgiram em Três Momentos: Roda de Conversa (1MP), que é a Problematização do Conhecimento, após a Leitura da DC “Abstinência sexual na adolescência”, na Organização do Conhecimento (2MP) e na Aplicação do Conhecimento (3MP), em que leram a DC “Reflexões acerca da Gravidez na Adolescência”. Assistiram a um documentário sobre gravidez na adolescência e, por fim, escreveram uma carta a um casal de amigos que supostamente estivesse em algum tipo de relacionamento.

A escrita de cartas foi tomada como um caminho importante na articulação entre o ensino e a aprendizagem, verificando, nesse momento, uma das principais abordagens da ESE, que é o desenvolvimento de um cidadão com pensamento crítico. Algumas reflexões sobre prevenção da gravidez precoce, apresentadas a seguir, mostram como o ato de prevenir soluciona a problemática da saúde pública, que é a gravidez na adolescência:

“[...] A gravidez na adolescência, além da descoberta da sexualidade natural da fase existem questões da maternidade precoce, como pobreza extrema, violência, falta de anticoncepcionais, preservativos, falta de informação nas escolas. Muitos pais acham errado falar sobre gravidez na adolescência, mas seria bom se pudesse falar o quanto antes que as crianças crescerem se conscientizando, para não engravidar e gerar vários conflitos familiar e na saúde” (A13, GP, AC).

“[...] Usem preservativo e se conscientizem, estou falando isso pelo bem de vocês, se divirtam e sejam felizes por agora” (A13, GP, AC).

“[...] A gravidez precoce na adolescência é considerada um problema emergente da área da saúde, por conta de orientação dos responsáveis ou até profissionais etc. Para se prevenir usar preservativos, anticoncepcional e ir ao ginecologista quando precisar” (A15, GP, OC).

Somente explicar os métodos anticoncepcionais e as formas de prevenção de IST não basta para criar um cidadão com pensamento crítico, com uma iniciação sexual saudável e feliz. A leitura de DC, acompanhada de rodas de conversas, foi imprescindível para criar oportunidades de reflexão individual (DC) ou em grupo (rodas de conversa).

Observamos que, nos referidos momentos, eles perceberam por si próprios que iniciar a vida sexual precocemente pode ter riscos e consequências negativas (Figueiró, 2018). Os riscos podem ser tanto uma gravidez não planejada, como IST.

Sobre o tema, dois alunos se posicionaram:

“[...] A gravidez na adolescência afeta não somente o físico, mas todos os aspectos da vida do casal (psicológico, financeiro, etc.) e como somos apenas adolescentes é 3 vezes pior que uma gravidez normal, já que a pressão psicológica é bem maior, por conta das pessoas. Então o melhor a se fazer é se proteger e usar métodos contraceptivos como a camisinha, que além de proteger de gravidez também te protege de doenças sexualmente transmissíveis e podem ser retiradas em um postinho de saúde” (A02, GP, AC).

“[...] Mas precisamos nos lembrar que existem Doenças sexualmente transmissível (DST) e que existe, camisinha, anticoncepcional e por aí vai. Então meus caros amigos, o sexo é maravilhoso, porém, ele tem suas consequências. Cuidem-se” (A17, GP, AC).

Em alguns grupos sociais e/ou religiosos, consideram a abstinência¹⁶ sexual como uma forma de reduzir o índice de gravidez na adolescência. Um fato que chamou a atenção e precisa ser levado em consideração, é um grupo de adolescentes entre 14 e 15 anos, que sempre fazia as atividades do PE juntos, e outro grupo de alunos entre 20 e 30 anos que também faziam suas atividades em conjunto. Esses

¹⁶ Privação voluntária dos desejos sexuais, por exigências morais, espirituais ou religiosas (Houaiss; Villar, 2009).

dois grupos se manifestaram a favor da abstinência sexual como método de prevenção, quanto à gravidez “precoce”. Há depoimentos em destaque:

“A abstinência sexual durante a adolescência pode ser uma boa escolha para seu futuro, pode prevenir gravidez precoce e, com essa escolha, pode prevenir que sua adolescência não seja prejudicada” (A15, A12, A22; GP; AC).

“Achamos certo, porque não causa nenhum impacto para a adolescente e tem 100% de chance de funcionar” (A02, A06, A14; GP; AC).

É importante estabelecermos que uma das chancelas da abordagem da ESE é a autonomia e liberdade na tomada de decisões, portanto, mesmo outros não concordando com essa postura, o aluno é livre para optar por essa escolha de prevenção. Mesmo assim, outros alunos se posicionaram da seguinte forma:

“Eu acho que proibir sexo para adolescentes fazem eles ficar com mais vontade de praticar ” (A01, A08, A29; GP; AC).

Outros já se posicionaram a ter uma vivência do sexo por prazer, expressando-se nas falas:

“Sou contra porque sexo é bom” (A19; GP; AC).

“Sou contra porque é gostoso fazer sexo para relaxar” (A20; GP; AC).

Diante dessa possibilidade de alguns adolescentes e jovens optarem pela abstinência sexual como um método de prevenção, fazemos das perguntas de Figueiró (2018), nossas perguntas: “Até que ponto a decisão é mesmo com autonomia e liberdade? Até que ponto não é uma posição influenciada pela igreja, pela família ou sociedade?”. E acrescentamos: “Até que ponto não o discurso reflete as reais vivências?”. Tais questões foram suscitadas porque não conseguimos identificar a origem dos discursos dos alunos.

Sobre a dificuldade de conquistarmos nossa autonomia intelectual e moral, a psicanalista Naumi Vasconcelos (1985) diz:

Nossos sentimentos e pensamentos são fortemente influenciados pelo meio em que vivemos. Pode assim acontecer que aquilo que pensamos ser a nossa verdade não seja senão o eco de uma voz que não é nossa, que vem de fora e que apenas reproduzimos. Saber reconhecer de onde vem essa voz é o primeiro passo para a conquista de nossa verdade. [...] Somos muito vulneráveis a tudo que escutamos, e ter ideias próprias é uma conquista, não um presente (Vasconcelos, 1985, p. 6).

Essas reflexões dos alunos nos levaram ao entendimento da importância desses espaços de leitura como uma importante ferramenta para buscar conhecimentos, os espaços de diálogos que oportunizam momentos de expressão de suas opiniões a respeito dos métodos de prevenção e consequências de uma gravidez na mais tenra juventude. A implementação do PE esclareceu muitas dúvidas, mas nem sempre consegue superar mitos e tabus impostos pela sociedade.

Na terceira unidade de análise “Respeito a concepções divergentes”, analisamos se os alunos compreenderam que os indivíduos são sujeitos de direitos e que podem exercê-los.

Durante a implementação, tivemos algumas dificuldades com a turma, relacionadas a temas polêmicos como a descriminalização¹⁷ e/ou legalização do aborto. A turma assistiu a um documentário com diversos estudos de caso sobre o aborto, relatos de casos de mulheres que chocaram o País ao recorrerem ao aborto clandestino, casos que levaram à fatalidade. Diversos motivos foram exibidos sobre o “por quê” de tomarem essa decisão, mesmo sendo ilegal no Brasil. Durante a exibição ouvimos diversas expressões como “*não se cuidou*”, “*porque não usou camisinha*”, “*a criança não tem culpa*”.

No momento Aplicação do Conhecimento dos 3 MP, foi realizado um debate sobre a descriminalização do aborto. Somente uma participante entendia que algumas mulheres podem passar por situações desesperadoras para recorrer ao aborto, mas a pressão da sala foi tão grande, que em suas anotações posteriores sobre o debate, ela concordou com o restante da turma.

Sobre a descriminalização do aborto, os participantes da pesquisa que são contrários ao aborto se justificaram:

“Eu sou contra o aborto, para mim é crime, tem tantos métodos para se evitar a gravidez” (A11; AB; AC).

“Se nós fizemos, nós temos que cuidar do filho, porque eu não aceito fazer o aborto, porque tem algumas mães que engravida e não quer assumir seu filho” (A09; AB; AC).

“Mas temos que pensar que um feto é vida e nunca devemos abortar e nem rejeitar seu filho dentro do seu ventre” (A20; AB; AC).

“É uma questão criminal, porque uma mulher que engravidou, porque sabia as consequências não pode ficar abortando quando quer” (A22; AB; AC).

¹⁷ Ato legal de excluir da criminalização fato abstrato antes considerado crime (Houaiss; Villar, 2009).

No momento da Organização do Conhecimento (3 MP), eles receberam informações sobre o Aborto Legal, que ocorre em alguns casos específicos no Brasil, como a gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto. Nas demais situações, a interrupção da gravidez é considerada crime, de acordo com o Código Penal, de 1940¹⁸.

Após essa explanação, ainda colhemos respostas como:

“Mesmo que a mulher seja estuprada, não acho certo abortar, sei que é difícil, mas deixa vir ao mundo e “ponhe” para adoção, porque tem muitas pessoas querendo ter filho” (A20; AB; OC).

“É desumano matar uma vida independente do caso, deve continuar sendo crime” (A24; AB; OC).

Observamos nas respostas de alguns alunos, que reconheceram que, em casos específicos, o aborto deve ser permitido, como exemplificado por meio dos seguintes participantes:

“E se houver um motivo que coloque em risco a vida, deveria ser permitido” (A05; AB; OC).

“É um caso de saúde pública, porque temos o direito de escolher por conta das condições de saúde” (A12; AB; OC).

“É um crime caso a mulher esteja saudável, caso a mulher não esteja numa gravidez saudável e ela esteja em risco é um direito dela” (A26; AB; OC).

No momento de Problematização Inicial, utilizamos uma *hashtag* “#E se fosse você?”, onde mostramos uma imagem de um teste de gravidez β -HCG positivo e perguntamos: Qual seria sua reação e seus primeiros pensamentos ao abrir seu teste de gravidez e ver o resultado positivo? As respostas foram escritas de forma individual, e a aluna A18 chamou a atenção por um aspecto de sua afirmação:

“[...] se estivesse grávida iria optar por um aborto. Eu não gostaria de gerar uma criança que eu sei que não vai ser amada por mim. Todos pensam que é super fácil jogar a criança em um abrigo ou um orfanato, ninguém conta das torturas, abusos, espancamentos dentro de um orfanato ruim” (A18; AB; PI).

Como os dados são sigilosos, A18 se sentiu confortável em escrever, mas em nenhum momento dos debates ou roda de conversa ela expôs esse pensamento, já

¹⁸ A legislação estabelece que a mulher que provocar um aborto em si mesma pode ser condenada à pena de 1 a 3 anos de prisão. Foi o Código Penal que fixou a possibilidade de aborto legal em caso de estupro. Já a interrupção da gravidez em caso de anencefalia do feto só foi permitida a partir de 2012, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

que continuava concordando com o restante da turma sobre a questão de o aborto ser tratado como um crime.

Consideramos sumamente importante refletir sobre a dificuldade da turma de sentir empatia, saber colocar-se no lugar do outro e conseguir compreender o que a mulher sente em determinada situação de escolha, que a leva a recorrer ao aborto clandestino. Mesmo com todos os dados de óbitos apresentados por um texto de Divulgação Científica intitulado “O aborto é uma questão criminal ou de saúde pública? Por quê?”, aproximadamente 28 alunos manifestaram dificuldade à descriminalização do aborto e ao direito da mulher em decidir sobre seu próprio corpo. Duas alunas se mostraram favoráveis, uma delas manifestou a opinião somente por escrito, não verbalizando para a turma, e a outra que tentou verbalizar, ao se sentir coagida pela quase totalitária opinião contrária da turma, preferiu mudar de opinião ao escrever em suas anotações do debate, para não sofrer represálias.

Na opinião de Figueiró (2018), “é preciso dar tempo ao tempo”, assegurando que:

[...] quando se trabalha temas polêmicos: as atitudes resistentes à mudança, que podem abranger preconceitos, tabus, mitos, vergonha, indiferença, raiva e relutância em se abrir para novas ideias [...] temos que lembrar que não é da noite para o dia que alguém consegue superar preconceitos e reconstruir uma nova atitude de compreensão, respeito e valorização com o diferente (Figueiró, 2018, p. 291).

No caso específico dessa Sequência de Atividades sobre o aborto, procuramos que os alunos conhecessem não apenas os argumentos sobre a descriminalização, mas também os argumentos dos que defendem o direito da mulher ao controle do seu próprio corpo e os argumentos que fundamentam a ideia de que o procedimento aborto é uma questão de saúde pública (Figueiró, 2018).

Em todo o momento da implementação do PE, foi reforçada uma das bases da ESE, que é o respeito ao outro, pois foi incentivado e oportunizado em cada temática que os alunos fossem ouvidos, e que cada um fosse respeitado em seus apontamentos.

Acerca da quarta unidade de análise “Aceitação da Diversidade”, analisamos com as atividades o ato de receber e acolher da turma em relação à diversidade

sexual. A maioria dos alunos não compreendia a que se referia a diversidade sexual¹⁹, já que esse tema geralmente não é tratado em casa e nem na escola. Embora a diversidade sexual esteja presente no cotidiano escolar, percebemos disparidades nos comentários acerca da definição de diversidade:

“Variedade de gêneros” (A01; A23; A08; A28; RD; AP).
“Diferença dos sexos” (A14; RD; AP).
“Homossexualidade” (A21; RD; AP).
“Variedade de sexos que existem” (A02; RD; AP).

Figueiró (2018, p. 292) reitera em seus escritos que “A homofobia²⁰, que tanto se faz presente em nossa sociedade, deve-se, em grande parte, à ignorância, ao desconhecimento sobre a diversidade sexual”.

Como esse é um tema que envolve preconceitos e tabus²¹, tendo em vista que os alunos que integram a sala têm conceitos diferentes sobre essa questão, preferimos abrir essa Sequência de Atividade no último dia, para não correr o risco de desistência dos alunos da pesquisa.

Embora o tema seja polêmico, percebemos que os alunos com postura mais radical no tema aborto, apresentavam uma postura mais amena ao discordar da diversidade sexual, sendo que o aborto é crime no Brasil, o que se tornava favorável às suas concepções. Entretanto, a homofobia no País também é considerada um crime, e embora eles não aceitassem, não expunham sua opinião de forma enérgica.

Percebemos a dificuldade dos alunos de mudar a forma de pensar, e evidenciamos um desconforto ao comentar sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Constatamos, por meio de suas falas, os princípios que advêm de suas famílias:

“Eu não acho certo pessoas do mesmo sexo se casar, porque é pecado, e foi feito o homem e a mulher para se casar” (A08; RD; PI).
“Nada contra, mas para a igreja é pecado, porém não sou ninguém para julgar” (A14; RD; PI).
“Eu não tenho preconceito, mas eu não me casaria com uma pessoa do mesmo sexo que eu” (A03; RD; PI).
“Não concordo, acho que uma base familiar se dá com um pai e uma mãe” (A05; RD; PI).

¹⁹ Diversidade Sexual: Chamamos de diversidade sexual as infinitas formas de vivência e expressão da sexualidade (Defensoria Pública do Estado da Bahia, 2018, p. 6).

²⁰ Homofobia: Pode ser definida como o medo, o desprezo, a antipatia, a aversão ou o ódio irracional aos homossexuais. É o termo geral normalmente utilizado para se referir ao preconceito e à discriminação em razão de orientação sexual, contra gays, lésbicas (lesbofobia) ou bissexuais (bifobia) (Defensoria Pública do Estado da Bahia, 2018, p. 16).

²¹ Tabus: escrúpulo aparentemente injustificado, sem fundamento ou imotivado (Houaiss; Villar, 2009).

“Sou contra pois eu creio que homem deve casar somente com mulher” (A21; RD; PI).

As considerações nas atividades também confirmam grande influência religiosa nos pensamentos de seus seguidores, constados nos seguintes fragmentos:

“Mesmo minha religião sendo contra e eu também, mas respeito, pois temos que respeitar e amar uns aos outros, mesmo com as diferenças” (A21; RD; PI).

“Não apoio, pois, na Bíblia está escrito que o homem foi feito para mulher” (A01; RD; PI).

“Não apoio de jeito nenhum, vai contra a minha religião” (A24; RD; PI).

“Eu acredito na minha religião, ou seja, é pecado, mas não devemos julgar pois cada pessoa é livre para ser e fazer o que quiser” (A02; RD; PI).

O discurso desses alunos é embasado na concepção da homossexualidade²² como um pecado ou um comportamento reprovável, mas notamos, ao mesmo tempo, um tom de respeito ao direito do outro, como exemplo sobre a criminalização da homofobia. Averiguamos complementos nas falas dos mesmos, como:

“Eu acho que todo tipo de preconceito deveria ser crime” (A02; RD; AP).

“Acredito que se as pessoas tivessem mais respeito com os outros, mesmo não gostando, não teria essa discriminação” (A23; RD; AP).

“Não é porque eu não concordo que eu vou maltratar” (A03; RD; AP).

“Acho uma falta de respeito, a pessoa é como as outras, mesmo tendo sua orientação sexual diferente, todos devem respeitar” (A28; RD; AP).

No dia da aplicação desta SA, dos 30 alunos, apenas 23 estavam presentes, e, dentre estes, 12 se posicionaram contra a diversidade sexual e 11 se posicionaram a favor, como vemos a seguir:

“O importante é a felicidade, então se eles ou elas estiverem felizes por mim, ok” (A17; RD; AP).

“Minha opinião sobre isso é que não tenho nada contra, pois a gente escolhe o que quer para ser feliz” (A16; RD; AP).

“O importante é o respeito, carinho, independente de sexo, cada um tem o seu direito de ser feliz” (A13; RD; AP).

As considerações acima confirmam um dos preceitos da ESE, que tem como meta maior a educação para a felicidade. O princípio é superar conceitos e tabus, a opressão sexual e toda forma de discriminação. O PE desejou a trazer uma formação

²² Conhecemos os conceitos da Diversidade Sexual, através do Jogo proposto na Sequência de Atividades, utilizando a Cartilha: Entendendo a Diversidade Sexual, criada pela Defensoria Pública da Bahia. Mas trabalhamos somente a homossexualidade em algumas questões, devido ao pouco tempo para a aplicação da atividade.

que fomentasse a Educação Sexual para a justiça, o respeito, a igualdade, preparando os adolescentes/jovens para a autonomia responsável (Figueiró, 2018).

No momento final das atividades sobre o “Respeito à Diversidade”, percebemos um amadurecimento nas falas de todos os participantes quando se referiram à discriminação contra pessoas, por causa de suas diferenças. Enxergamos uma construção de relações igualitárias, nos seguintes comentários:

“Todos merecem respeito” (A14; RD; AP).

“Devemos aceitar a todos como são” (A21; RD; AP).

“Todos devem respeitar a escolha de sua sexualidade” (A15; RD; AP).

“Respeito e ética devem ser regra, não opção” (A17; RD; AP).

Em nenhum momento, durante a implementação da SA, cerceamos a liberdade de expressão, nem impusemos regras ou concepções de certo ou errado. Se caso houvesse alguma visão ou ideologia que fosse considerada homofobia, haveria uma intervenção da pesquisadora. Entretanto, não foi preciso tal intervenção, de modo que, em todo o momento, os discentes eram levados a debater e a refletir, para que construíssem suas opiniões e valores, pautados pelo respeito à diversidade sexual.

6.2 CATEGORIA 2 – AFETIVIDADE E SEGURANÇA

Nesta categoria *a priori*, baseado nos critérios da ESE “Compreensão da sua própria sexualidade” foram definidas quatro unidades de análise, conforme indica o Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Categoria 2: Afetividade e Segurança

	UNIDADES DE ANÁLISE
AFETIVIDADE E SEGURANÇA	a) Pressão social. Fatores que o indivíduo não se sinta confortável em realizar
	b) Reconhecimento dos desejos sexuais e afetos. Desejo e afeto são inerentes ao homem
	c) Decisões a respeito da vida sexual. Avaliação de alternativas e consequências
	d) Vulnerabilidades e Segurança Sexual. Criminalização, proteção e prevenção

Fonte: As autoras (2024).

Na unidade de análise “Pressão social”, observamos “fatores que o indivíduo não se sinta confortável em realizar”. Quando foi perguntado “Como você explica o fato de que os adolescentes praticam a relação sexual insegura, mesmo estando

suscetíveis à gravidez precoce?”, ressaltamos os seguintes trechos da Roda de Conversa:

“[Relação sexual insegura] Além de pura irresponsabilidade, pode ser uma questão mais abusiva, como uma pressão externa, do namorado, da família e etc.” (A01; GP; PI).

“Porque muitas meninas fazem [sexo] para agradar o namorado” (A03; GP; PI).

“[Relação sexual insegura] Por pressão do namorado, provavelmente o namorado é “de maior” e com a cega paixão que ela tem com o namorado e com a confiança que ela tem cegamente e acredita que o namorado e faz mesmo sabendo o perigo para agradar o namorado” (A12; GP; PI).

Em todos os encontros que foram realizados, somente quando se tratava da relação sexual sem o uso de preservativo, que conseguimos observar alguns comentários sobre uma pressão social, no caso, a pressão do parceiro a ter relações sexuais inseguras. Incluímos na Roda de Conversa, um debate com os jovens para escolhas responsáveis, sem se deixar manipular, ou, na linguagem deles, sem “*serem levados pela onda*” (A03).

Concordamos com Figueiró (2018), com relação a esta pauta:

Precisamos ser claros, quando afirmamos que esses adolescentes não são obrigados a nada, nem no sentido de fazer ou deixar de fazer, que possam se tornar sujeitos de sua própria sexualidade (Figueiró, 2018, p. 25).

Na segunda unidade de análise “Reconhecimento dos desejos sexuais e afetos”, houve o enfoque da SA “Conhecendo seu corpo”. Essa sequência foi a que mais teve resistência por parte da turma, devido à falta de conhecimento, como o constrangimento da turma para conversar sobre o assunto.

Quando usamos a palavra autoconhecimento, o diálogo é suavizado, pois ao usarmos a palavra masturbação, a turma sentia constrangimento, fosse pela inexperiência, fosse por vergonha da exposição aos colegas. As diferenças entre orgasmo²³, excitação²⁴, masturbação²⁵ e autoconhecimento²⁶, suscitou muitas

²³ Orgasmo: momento em que o prazer da excitação sexual atinge o máximo de intensidade e que, no homem, provoca a ejaculação seminal e, na mulher, contrações uterinas, sensação de latejamento pélvico (Houaiss; Villar, 2009).

²⁴ Excitação: desejo carnal; estado do corpo que reage favoravelmente a estímulos sexuais (Houaiss; Villar, 2009).

²⁵ Masturbação: estimulação manual dos órgãos genitais que leva ao orgasmo (Houaiss; Villar, 2009).

²⁶ Autoconhecimento: Este termo refere-se a tudo o que sabemos (ou deveríamos saber) sobre nós mesmos em relação à nossa sexualidade. Como estamos neste campo, do que precisamos, do que gostamos, quais são nossas preferências e ritmos, o que pensamos e sentimos sobre isso, como nos

dúvidas, tanto nas garotas como nos rapazes, de modo que os alunos não conseguiam defini-los e muito menos diferenciá-los.

Vários alunos não sabiam identificar suas zonas erógenas²⁷, sendo que a sexualidade envolve o prazer, o toque, o sexo, a afetividade, o carinho, os gestos e a comunicação. A afetividade:

Tem como base a comunicação verbal e/ou não verbal e pode envolver uma variedade de manifestações que vão desde simples toques, gestos amáveis e olhares afetuosos, até o contato físico, como abraços, beijos, carinhos, mais ou menos íntimos (Figueiró, 2018, p. 69-70).

Mesmo diante de tanto constrangimento, demos sequência com a exibição de um vídeo sobre a masturbação e a realização sexual, como também a leitura de uma DC intitulada “Masturbação, uma expressão normal da sexualidade na adolescência”. Insistimos na atividade, mesmo quando a turma denotou em suas reações certo constrangimento, pois como disse Vasconcelos (1985, p. 59): “Falar sobre sexo é a melhor maneira de vencer a culpa e a vergonha a ela associadas”.

Sublinha-se que momentos de constrangimentos ou retração ao falar, salientados na pesquisa, não foram os únicos resultados. Obtivemos ao mesmo tempo algumas colocações pertinentes de alunos que estavam em pequenos grupos, demonstrando em suas falas que o autoconhecimento está relacionado ao prazer:

*Precisamos conhecer nosso corpo para podermos sentir prazer, com a autoestima boa as coisas fluem (A28; A23; A08; A01; CP; AP).
Quando uma pessoa se conhece bem, ela consegue identificar suas preferências, desejos e limites, o que pode contribuir para experiências mais prazerosas (A03; A05; A21; A20; CP; AP).*

Vale salientar que é inerente ao ser humano o desejo de contato, de carícias, o de “ser tocado”, pois é um potente meio de reconhecimento humano, para desenvolver um psicológico saudável. Dessa forma, diante da dificuldade de expressão dos adolescentes perante esta SA, percebemos que espaços escolares para a ES com adolescentes/jovens são importantes, tornando-se ambientes positivos para a construção de adultos felizes, na perspectiva emancipatória.

desenvolvemos e o que poderíamos fazer para viver uma sexualidade mais plena (Sanz, 2022 ou 2002?).

²⁷ Zonas erógenas: zonas do corpo que provocam excitação sexual (Houaiss; Villar, 2009).

Ressaltamos que por meio do Produto Educacional SA “Conhecendo o corpo”, houve um movimento assertivo de debates, discussões, conhecimentos e percepções pessoais acerca da sexualidade, cuja maturidade esperamos que se converta em mudanças e crescimento que levará ao autoconhecimento do corpo.

Na terceira unidade de análise “Decisões a respeito da vida sexual”, anotamos as avaliações de alternativas e consequências das suas decisões, procurando dimensionar, por meio de suas colocações na atividade, a seriedade e a importância das decisões a respeito de sua vida sexual.

Os alunos participantes da pesquisa tiveram várias oportunidades para pensar e refletir sobre sua vida sexual, com a manifestação das angústias a respeito de consequências negativas sobre suas decisões, provavelmente oriundas de seu desenvolvimento mental e emocional que ainda está se processando, características desta idade:

“Eu tenho que fazer papel de pai, tem que assumir como pai e sustentar o filho(a)” (A09; GP; PI).

“A gravidez na adolescência traz impactos físicos, psicológicos e sociais para a vida de meninas e bebês. Para as gestantes, esses impactos vão desde o desenvolvimento de problemas de saúde física e mental até a dificuldade de retornar aos estudos e conseguir ingressar no mercado de trabalho. Na maioria das vezes a responsabilidade de criar a criança fica apenas com a menina e sua família, já que o abandono paterno acontece” (A11; GP; PI).

“Se descobrisse que estava grávida teria uma preocupação a mais para procurar um emprego e sair da casa dos meus pais, pois eu tenho certeza que eles não me apoiariam e nem me ajudariam” (A17; GP; PI).

“A maioria das meninas não consegue terminar os estudos, não podem mais sair como antes, que a mulher tem dificuldade para arrumar um serviço por conta da educação que não foi concluída” (A21; GP; PI).

Durante a implementação do PE, percebemos uma grande preocupação com a prevenção à gravidez, prevenindo-se assim de possíveis arrependimentos. Esses arrependimentos seriam as futuras implicações sociais e consequências de uma maternidade/paternidade sem planejamento, na adolescência e sem maturidade psicológica e financeira. Em contraponto, o uso de métodos de prevenção, como a camisinha, seria com enfoque à não concepção, em nenhum momento houve comentários sobre a prevenção à IST, mostrando uma falsa sensação de segurança, subestimando os riscos, que é um comportamento que pode contribuir para o aumento das infecções.

Nenhum participante da pesquisa trouxe um conceito ampliado de decisões da vida sexual em outro campo, como escolhas de um ou vários parceiros, ou sobre

peças que escolham vivências ou relacionamentos afetivos que destoam do padrão heteronormativo da sociedade.

No momento de Aplicação do Conhecimento dos 3 MP, com a temática *Sexting*²⁸, alguns alunos participantes salientaram em suas falas que compreendiam as consequências de determinadas decisões e atos:

[Sexting – receber nude] “Eu só visualizaria e apagaria, porque eu não gostaria de ter um nude no meu celular e ter o risco de alguém ver ou de espalhar” (A06; SX; AP).

[Sexting] “Primeiramente, não mande para qualquer um, tem que ser de confiança, mas se já aconteceu, psicólogo e polícia” (A02; SX; AP).

[Vazamento Sexting] “Denunciar e pedir ajuda a um adulto” (A06; SX; AP).

O PE teve a intenção de promover debates com ênfase na responsabilidade e no respeito que uma pessoa tem que ter por si mesma e pelo outro, de acordo com os pressupostos da ESE. A abordagem emancipatória da Educação Sexual, embora seja uma orientação educacional, evidencia que a responsabilidade de se posicionar a respeito do “certo” ou “errado” quanto aos valores agregados à sexualidade deve ser do aluno em formação com vistas à cidadania.

Na última unidade de análise desta pauta, nominada “Vulnerabilidades e Segurança Sexual”, tratamos na SA sobre a criminalização, a prevenção e os meios de proteção contra a violência sexual. Nessa unidade buscamos captar os conhecimentos dos alunos sobre o que consideram um abuso ou violência sexual²⁹ contra o adolescente:

“Relação Sexual sem consentimento. Se tocar do lado ou em pé em um ônibus. Fazer criança sentar no colo. Fazer mandar fotos nua ou semi nua; Perseguir e insistir em ter relação” (A12; A15; A22; A28; VS; PI).

“Assédio. Ameaças verbais. Palavras erotizadas. Beijos forçados. Toque nos órgãos genitais. Telefonemas obscenos. Envio de vídeos pornográficos. Exibir órgãos genitais” (A03; A10; A11; A20; VS; PI).

“Mostrar vídeos e fotos pornográficos. Se acariciar. Abuso Verbal. Passar a mão. Olhares” (A24; A19; VS; PI).

Os discentes reconhecem, pelas suas falas, a vulnerabilidade das crianças e adolescentes, com a observância da não negação:

²⁸ *Sexting*: referente à divulgação de conteúdos eróticos e sensuais por meio de celulares (Houaiss; Villar, 2009).

²⁹ Foi utilizada a expressão violência/abuso sexual e não simplesmente abuso sexual, posto que a palavra abuso supõe que algum uso do corpo infantil é aceitável, permitido. Portanto, a expressão violência/abuso sexual enfatiza o primeiro termo, ou seja, abuso remete à violência, mesmo que tenha sido praticado de forma sedutora (Felipe, 2006).

“Também ocorre a negação por parte da mãe em ver sinais, já que isso pode representar um risco ao relacionamento conjugal, a negação da vítima por culpa e vergonha na tentativa de preservar a família” (A07; VS; PI).

Verificamos em determinadas falas que os participantes reconhecem o comportamento do adulto abusador:

“Truques, atividades e brincadeiras para ganhar a confiança. O olhar. Carinhos e toques indevidos. Brincadeiras de conteúdo sexual (A03; A10; A11; A20; VS; PI).

Outro participante expõe algumas consequências da violência sexual:

“As vítimas podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares e dissociativos, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e também transtorno do estresse pós-traumático” (A20; VS; OC).

No momento de Aplicação do Conhecimento da SA sobre violência sexual, eles fizeram cartazes onde expunham definições sobre violência sexual e como se proteger e denunciar:

“A violência deixa marcas! Disque 100” (A04; A010; VS; AP).
“Não se cale, denuncie. Disque 190” (A25; A27; VS; AP).

Ao explorar a temática, reconheceram as crianças e os adolescentes como frágeis e vulneráveis, com necessidade de proteção e cuidados ampliados, que impactarão em seu crescimento e desenvolvimento futuros. Acreditamos que com o desenvolvimento de um trabalho de ES com respaldo científico, os jovens serão capazes de alcançar resultados positivos na prevenção e na ajuda em denunciar crimes desta natureza.

A temática da prevenção da violência sexual embutida na SA fez-se necessária para que os discentes pensassem em estratégias de prevenção e de combate a essas violências desde a infância, e perpassando a adolescência, até chegar à fase adulta.

A prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes deve acontecer dentro de um trabalho educativo global, enfocando a educação para saúde sexual (Santos; Ippolito 2009).

Em consonância com os temas já discutidos e abordados na SA, a sexualidade da criança e do adolescente precisa se desenvolver em um ambiente propício para que

eles tenham uma vida sexual saudável e feliz, que é um dos grandes objetivos da ESE.

6.3 CATEGORIA 3 – CULTURA DA SEXUALIDADE

A sexualidade possui fortes traços da cultura. Entendemos por cultura o conjunto de valores, crenças, normas e práticas de vida de determinado grupo, que é aprendido, partilhado e transmitido, e que orienta, de maneira padronizada, o pensamento, as decisões e ações.

A sexualidade é influenciada pela cultura, visto que ela tem relação com o modo pelo qual as pessoas desenvolvem suas relações interpessoais, como compreendem e vivem questões afetivas e sexuais. Em muitos aspectos, isso tem relação com aquilo que se aprende ao longo da vida, e uma das coisas que as pessoas aprendem é significar sentimentos e comportamentos (Chacur; Rodrigues, 2012).

Quadro 7 – Categoria 3: Cultura da Sexualidade

	UNIDADES DE ANÁLISE
3 – Cultura da Sexualidade	a) Influência familiar, religiosa ou comportamentos impostos pela sociedade. Expressões sobre sexualidade com característica de influência familiar ou religiosa.
	b) Sensibilização com palavras e atos. Sensibilização negativa em questões sobre sexualidade.
	c) Postura de acusação e julgamentos. Incapacidade de compreender uma situação sob outro ponto de vista.

Fonte: As autoras (2024).

Essa categoria foi baseada no critério da ESE “Desconstrução de perspectivas repressora”. Na primeira unidade de análise deste tópico, definida *a priori*, pesquisamos durante a apreciação do *corpus*, aspectos relacionados à influência familiar, religiosa ou a comportamentos impostos pela sociedade que afetam a ES do adolescente/jovem. Destacamos alguns trechos que são marcados pela influência religiosa com relação à SA Gravidez adolescente:

“Se eu descobrisse que estava grávida, ficaria desesperada e feliz ao mesmo tempo, desesperada por ser nova, sem nenhuma estrutura financeira e feliz por gerar um novo bebê dentro de mim, filho é bênção de Deus, herança dada por Deus” (A11; GP; OC).

“[A gravidez na adolescência] seria indesejada tanto para mim quanto para a minha família, pois eles são evangélicos, e acham que todos que namoram

devem ser decentes, esperando até o casamento, mas comigo eu apenas esperei a pessoa certa” (A17; GP; OC).
“Em relação a religião alguns acham pecado [sexo] e outros não, o ato sexual não tem haver apenas com corpo, mas sim com a mente, e a conexão de alma a alma que você terá com seu companheiro desejado” (A18; A17; A25; A09; GP; OC).

Outros comentários, que foram marcados pela influência religiosa, surgiram na temática “Aborto”:

“Todos têm direito a vida e somente Deus pode tirar” (A11; AB; AP).
“Porque ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém sem ser Deus. É uma questão criminal, tem tanto jeito de se prevenir, tantos métodos” (A19; AB; AP).
“É pecado fazer o aborto, é crime até porque a criança não tem culpa de vir ao mundo para você querer abortar” (A20; AB; AP).

Nesta mesma unidade de análise, verificamos também a preocupação com o julgamento da família:

“A gravidez na adolescência implica para o adolescente, fazendo que ela tenha que para de estudar, e ter o julgamento dos familiares e amigos” (A06; GP; OC).
“A ideia do aborto passaria sim na minha cabeça, mas tenho certeza que não levaria essa ideia adiante, porém ainda sou uma adolescente, ou seja, sou de menor, então de acordo com o pensamento dos meus pais, eles iriam comprar o remédio para não engravidar, pois a reputação da família deles é mais importante que a vida de um feto” (A17; AB; OC).
“Se eu ficasse grávida adolescente, eu teria um infarto, porque primeiramente meus pais teriam me matado, porque meus pais nunca iriam aceitar que eu tivesse grávida aos meus 14 anos. Até porque tem várias maneiras de se cuidar, mas eu teria certeza que eu iria ficar sem apoio de ninguém, porque o pensamento da minha mãe é de tempos antigos que não aceita que engravide antes do casamento” (A20; GP; OC).

E por fim, tem aqueles que se preocupam com o ajuizamento da sociedade:

“As pessoas julgam, a sociedade julga a idade crítica, o futuro da criança, fala das consequências e como um filho destrói a vida” (A12; GP; PI).
“Eu ficaria com medo de ser julgada pela sociedade por ter engravidado cedo e eu cuidaria, não veria necessidade de abortar. A sociedade implica por ela ter engravidado cedo, começa a chamar a pessoa de oferecida” (A15; GP; PI).
“Momento difícil da vida, abandono dos estudos, críticas das pessoas” (A11; GP; PI).
“A não aceitação da família, por ser, no pensamento da família, que seja um escândalo” (A29; GP; OC).

A ESE prevê uma desconstrução de perspectivas repressoras, assim como uma compreensão da sua própria sexualidade, entretanto, observamos nas falas que

a influência religiosa, as reações de pais, da sociedade, têm-se mostrado, permanentemente, como dispositivos de fiscalização e controle de nossas ações (Figueiró, 2009).

A mesma autora ainda afirma: “Grande parte da educação das crianças é determinada pelo comportamento dos pais [...], pelas proibições e recomendações que fazem, [...], pelas atitudes conservadoras, liberais ou repressivas [...] (Figueiró, 2009, p. 53).

Ainda sobre as influências que os jovens absorvem, Lorencini Júnior (1997) escreve:

Ao longo da vida, num processo contínuo de busca dos sentidos da sexualidade, o indivíduo sofre a todo momento as influências diretas daquilo que denominamos ‘cultura da sexualidade’. Essas influências, advindas da família, dos meios de comunicação, da religião ou da escola pressionam, exigem e moldam o indivíduo para adaptá-lo aos padrões de comportamento impostos pela sociedade (Lorencini Júnior, 1997, p. 93).

Entendemos, pelos excertos de A12, A15, A11 e A29, que a repressão ainda se faz muito presente nas relações cotidianas, seja de ordem familiar, religiosa ou até mesmo da sociedade, que leva os adolescentes a formarem visões negativas da sexualidade. Portanto, o PE sugeriu uma “reeducação”, com intuito dos participantes reverem seus valores, suas atitudes, aprimorar seus conhecimentos sobre a sexualidade no desenrolar da SA.

A segunda unidade de análise deste tópico, sensibilização com palavras e atos, foi construída *a posteriori*, quando notamos vários comentários que se mostraram sensíveis, com manifestações negativas em relação à sexualidade ou a atitudes de outrem em relação a decisões sobre seu corpo. Apresentamos a reação de três alunos sobre a prática de *sexting*:

“Eu acho nojento, bloquearia a pessoa na hora, e apagaria, falaria com meus pais e faria fofoca sim, sem imagens, mas comentaria” (A02; SX; AC).

“[Recebendo nudes] Minha reação seria ficar assustada e visualizaria e não apagaria mas também não mostraria nem compartilharia com ninguém, porque é uma situação bem chata. Eu jamais permitiria que um namorado mandasse um nude para mim” (A03; SX; AC).

“[Recebendo nudes] Primeiro iria pedir uma explicação para a pessoa, depois iria apagar, porque não tenho direito de ter fotos assim no celular” (A26; SX; AC).

O termo sensibilizar significa ser capaz de sentir, ou segundo o dicionário Houaiss e Villar (2009): “tornar sensível à ação de qualquer agente”. Nesse contexto,

o sensibilizar não está relacionado à capacidade de uma pessoa em se colocar no lugar do outro, porque percebemos nas falas que não há compreensão das atitudes de outra pessoa. Neste caso não há uma abertura para o mundo ao redor, os alunos se sensibilizam com os atos ou palavras advindas da prática do *sexting*, de forma repressora e julgadora. Verificamos que eles transportam consigo, para o interior das salas de aula, convicções e valores arraigados.

A terceira unidade de análise, definida *a posteriori*, postura de acusação e julgamentos, está aliada à segunda, pois percebemos que após a sensibilização com as palavras e atos, os alunos discorriam em suas anotações com uma postura de acusação e julgamentos, mostrando em nossa unidade de análise, uma “Incapacidade de compreender uma situação sob outro ponto de vista”.

Entre os estudantes que participaram da pesquisa, a maioria demonstrou uma postura de julgamento em relação à gravidez de meninas muito jovens, como ilustram as falas a seguir:

“Irresponsabilidade em achar que não vai acontecer, empolgação do momento, imaturidade e sem nenhuma noção de saber das dificuldades de se criar uma criança. Ou sabendo, mas no momento da relação se esquece” (A05; GP; PI).

“Acho que se descuida, pois não se protege, acho que para alguns falta juízo” (A07; GP; PI).

“Tem algumas meninas que não se previnem, se alguma menina engravida porque ela quer segurar o namorado” (A09; GP; PI).

“Informação os adolescentes têm de sobra, engravidam porque querem” (A11; GP; PI).

Quanto à possibilidade de vazamento de *nudes*³⁰ ao praticar *sexting*, também anotamos algumas posturas críticas:

“Se não quiser se comprometer, não pratique” (A26; SX; AC).

“Primeiramente não mandar, se acaso mandar, aguentar as consequências e a pessoa que faz tem totalmente a noção disso” (A24; SX; AC).

Mais um exemplo demonstrou a extrema censura, a possibilidade de realizar um aborto. Podemos ver a seguir:

“É crime, porque tem vários métodos contraceptivos e nos postos de saúde tem camisinha, que é de graça, então não tem porque engravidar e nem abortar” (A03; AB; AC).

³⁰ *Nudes*: Envio de fotografias e vídeos em posições sensuais ou nus, aos quais aplica-se o termo *nude selfie*, ou simplesmente *nude* (Houaiss; Villar, 2009).

Durante a aplicação do PE percebemos, ao ouvir os participantes adolescentes/jovens, que temos que estar preparados ao abrir espaços para debates, pois desse modo ouvimos pontos de vista diferentes sobre um mesmo assunto na sala de aula, e, como vimos acima nas falas, muitas vezes posicionamentos julgadores.

Os debates são um exercício válido para o trabalho com sexualidade, uma vez que dar “voz ao aluno” é importante para sabermos partir nos ensinamentos de sexualidade de onde o aluno pensa, para que todo o aprendizado seja uma construção de conhecimento (Figueiró, 2018).

Com a realização das atividades, os alunos foram convidados a uma nova construção de valores para a vivência da sexualidade, sincronizados com o desenvolvimento de uma autonomia moral. Para Figueiró (2018, p. 249), “valores são elementos constitutivos de nossa maneira de SER e AGIR, que nos tornam pessoas mais humanizadas”. Buscamos contribuir com essa pesquisa para formar alunos que legitimam os valores vinculados à humanização, trazendo consigo uma realização pessoal.

6.4 CATEGORIA 4 – DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOB O OLHAR DO ALUNO

A SA foi construída com base em matérias de divulgação científica, para que o aluno estabelecesse seu conhecimento sobre sexualidade pela consulta de materiais que trouxessem uma base sólida e crível de conhecimentos. Essa categoria foi baseada no critério da ESE “Autonomia e Liberdade na tomada de decisões”.

Se os adolescentes participantes das atividades aprenderem a desenvolver um gosto e o hábito de leitura, eles terão em suas mãos uma ferramenta fundamental como a DC, permitindo que eles busquem conhecimentos por si próprios, de forma confiável, sem a ajuda dos professores.

Quadro 8 – Categoria 4: Divulgação Científica sob o olhar do aluno.

	UNIDADES DE ANÁLISE
4 – Divulgação Científica sob o olhar do aluno.	a) Informação baseada em <i>Fake News</i> . Desinformação e desconfiança científica.
	b) Busca de informações e ajuda quando necessário. Direito ao acesso à informação científica

Fonte: As autoras (2024).

Durante análise da última categoria, tomamos como ponto inicial a unidade de análise “Informação baseada em *Fake News*”, verificando como unidade de análise a desinformação e a desconfiança científica. No decorrer da problematização inicial, proposta pelos 3 MP, estimulamos a espontaneidade dos estudantes, e nesses momentos de conversa notamos muitos conhecimentos errôneos sobre determinados assuntos, exemplificados a seguir sobre o tema aborto:

“O aborto é legal no Brasil em todos os casos, comprovados de dificuldades socioeconômicas, podendo ser realizado com até 12 semanas de gestação” (A04; AB; PI).

“O aborto é proibido em diversos países porque muitas mulheres fazendo o aborto, daí foi proibido” (A03; AB; PI).

“O aborto é uma questão criminal, porque se fosse só por saúde pública, não teria lei para isso” (A27; AB; PI).

Em outros trechos, demonstram desconhecimento sobre os meios de proteção na era digital, nos seguintes comentários:

[Sexting – vazamento de nudes] Fazer um boletim de ocorrência e pedir ajuda para um Hacker para tirar a imagem (A27; SX; AC).

[Sexting – vazamento nudes] Pagar um hacker para descobrir quem vazou a entrar com a denúncia (A17; SX; AC).

Em outros momentos, as explicações denotam a falta de conhecimento sobre o seu próprio corpo, ou métodos de prevenção à gravidez:

“[Relação sexual insegura] Acho falta de responsabilidade, é porque deve gostar ou por falta de lubrificação” (A18; GP; PI).

“Se for fazer sexo no início do namoro, por favor, use preservativo ou o homem ou a mulher, ou os dois, aí já não sei se é necessário, mas se for fazer sei que é bom tomar a bendita pílula do dia seguinte” (A27; GP; PI).

“Autoconhecimento: a diferença está na zona de prazer, as mulheres têm maior pontos de masturbação, mas precisa conhecer o seu próprio corpo” (A13; CC; PI).

Pudemos constatar que a temática da ES está envolta pela desinformação. Em nossos debates, a maioria dos alunos participantes demonstrou acreditar em *Fake News*. Lelo e Caminhas (2021) definem as *Fake News* como sendo correspondentes de publicações com conteúdo deliberadamente falso ou enganoso, que de fato mimetiza a linguagem jornalística com os seus componentes típicos, incluindo título, fotografias, que são veiculadas, predominantemente, em ambiente digital e produzidas para enganar diferentes públicos.

Havia a intenção de explicitar ao aluno o quanto conteúdo do senso comum pode tomar proporções desmensuradas, devido à sua capilaridade por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais. Com a leitura de um artigo científico, promovida pelas atividades da SA, poderão discernir as desinformações sobre questões sexuais.

Continuando a análise, chegamos à última unidade de análise, sobre a “Busca de informações e ajuda quando necessário”. De acordo com algumas explicações, os alunos identificam que em alguns assuntos faltam conhecimento, como veremos a seguir:

“Acho que se descuida, pois não se protege, acho que para alguns falta conhecimento” (A07; GP; PI).
“Muitas vezes os pais não explicam sobre se prevenir durante a relação sexual, para pode evitar, que no caso tem os meios de anticoncepcionais, camisinhas, injeções etc., porque antigamente não se explicava sobre sexo com seus filhos e por isso muitas vezes os adolescentes não sabem muito” (A20; GP; PI).

Durante as atividades, nos momentos de leitura de textos de DC, eles relataram suas percepções:

“Nos ajudou a entender mais sobre o assunto” (A03; A05; A21; A20).
“Acreditamos que os textos, além de serem informativos, foram importantes e complementares sobre o entendimento do tema” (A28; A23; A08; A01).

Ao mesmo tempo, relataram algumas dificuldades com a leitura:

“Conseguir interpretar aquilo que o texto estava pedindo” (A03; A05; A21; A20).
“Algumas palavras não reconhecíamos” (A19; A11; A24).
“Quando o texto é muito grande” (A14; A06; A02).

Uma forma de refletir sobre esta questão, é lembrarmos que a base da ESE é que o aluno seja ativo no processo de sua aprendizagem, dessa forma, é necessário insistir para a possibilidade de busca de conhecimento por ele mesmo. Figueiró (2010) ressalta a importância da leitura:

O potencial dinamizador da Educação Sexual poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliada a um trabalho de instrumentalização do educando, para que seja um sujeito ativo em todo o processo de aprendizagem. Uma das melhores e mais completas formas de se chegar a isso é através da formação do leitor. À medida que o professor desenvolve no aluno o gosto pela leitura e o ajuda a encarar os livros como fontes de informação, onde ele pode buscar, além do conhecimento e entretenimento,

respostas para muitas dúvidas, o estará instrumentalizando para que possa continuar se autoeducando e se atualizando constantemente, ao longo de sua vida (Figueiró, 2010, p. 200).

Em todas atividades da SA, os textos foram usados como recurso de contextualização, explicação, levantamento de concepções, pesquisa, produção de materiais e promoção de debate. Após sua leitura, percebemos nas falas dos alunos, pontos que estavam no texto, evidenciando indícios da eficiência do uso desse tipo de recurso no ensino e na aprendizagem.

Embora encontrem dificuldade de leitura e interpretação, eles reconhecem a importância da leitura de textos de DC, para complementar o aprendizado de questões que envolvem a sexualidade. Desta maneira, insistimos que o uso de leituras é um importante veículo para o ensino de Ciências, no nosso enfoque, para viabilizar a ES no ambiente escolar.

A atividade “Gravidez Precoce” foi a sequência que mais teve participação dos alunos, sendo um tema de fácil entendimento onde as discussões tiveram um maior engajamento. Na atividade sobre “Violência Sexual”, a empatia e a indignação se mostraram presentes, com uma grande participação ao entenderem como se prevenir e como denunciar. Quanto à temática do “Aborto”, apresentou-se pensamentos limitantes, com pouca abertura a considerações sobre o assunto, portanto, acreditamos que o pouco tempo para essa discussão dificultou o processo. Nessa temática é necessário um trabalho meticuloso devido a posturas de acusação e julgamento oriundo da família e da sociedade com um forte contexto religioso em que estão inseridos.

Quanto à temática “Conhecendo o Corpo”, percebemos um interesse velado, a maioria não queria demonstrar a importância de conhecer-se sexualmente devido ao constrangimento com o assunto. Na atividade sobre “*Sexting*”, os estudantes demonstraram compreender as consequências da prática e os cuidados que devem tomar caso desejem fazer fotos, vídeos ou outras mensagens de cunho erótico, e no caso de vazamento digital, como denunciar. Na última sequência “Respeito à Diversidade”, os educandos demonstraram um respeito à escolha de cada um em relação à sexualidade, e compreenderam que o foco da atividade era a luta contra a discriminação a qualquer forma de diversidade sexual.

Contamos com a possibilidade do desenvolvimento dos alunos e alunas, de maneira a viverem a sexualidade de forma respeitável e prazerosa, sendo encarada

como um elemento que compõe sua identidade pessoal, entendida como um processo de desenvolvimento integral de cada indivíduo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e o Produto Educacional proporcionaram momentos de reflexão sobre a prática docente durante o processo de intervenção e contribuíram para práticas de ensino e aprendizagem mais abrangentes. A abordagem dos 3 MP promoveu, aos futuros docentes, a realização de um trabalho reflexivo e acolhedor na perspectiva da ESE, dispondo de um material didático pedagógico com fontes de informações confiáveis que permitiram o desenvolvimento do pensamento crítico, abrindo a possibilidade de criar diálogos e debates, proporcionando autonomia na tomada de decisões sobre seu corpo.

O Produto Educacional demonstrou a importância da temática ES durante a Sequência de Atividades/aulas de Biologia, com vistas à aprendizagem, onde oportunizou ao indivíduo educar-se sexualmente, comprometendo-se com a transformação social e o desenvolvimento da autonomia frente às questões ligadas aos valores e comportamentos sexuais.

A pesquisa e o Produto Educacional compreenderam a necessidade do aluno em relação a aspectos de sua saúde sexual e reprodutiva, com ênfase no respeito, consentimento, equidade de gênero e prevenção à violência, levando-o a uma formação completa como cidadão.

O material didático-pedagógico com Sequência de Atividades baseadas na abordagem dos Três Momentos Pedagógicos, com temas da ES, possibilita o desenvolvimento dos alunos de maneira a viverem a Sexualidade de forma respeitável e prazerosa, encarando-a como um elemento que compõe sua identidade pessoal, entendida como um processo de desenvolvimento integral de cada um.

Em conformidade com o PE, a dissertação analisou as contribuições da implementação, e seu favorecimento à futura prática docente dos alunos do curso de Formação Docente, como também a reconstrução e reflexão sobre alguns dos temas da ES abordados no trabalho.

Em se tratando de documentos oficiais que norteiam o ensino, há um longo caminho a ser percorrido, de forma a garantir os direitos à educação para a Sexualidade, que permitam ao aluno fazer escolhas seguras referentes ao seu futuro. O avanço dos PCN, com relação à abordagem da sexualidade como tema transversal, ficou marcado há duas décadas, e não mais pode ser ancorado no presente, pois o documento normativo educacional da atualidade é a BNCC.

Neste sentido, a BNCC retrocede quando aborda a Sexualidade, com ênfase apenas nas dimensões biológicas, e com pouco subsídio para nortear o trabalho docente.

Diante deste cenário, acrescentamos no PE o uso de textos, vídeos e outros recursos que confirmaram a importância do uso da Divulgação Científica por meio deles, para o ensino de sexualidade, gerando discussões e reflexões, para que o adolescente distinga o verídico do que é pseudociência. O docente poderá enfrentar desafios ao implementar o PE, devido ao aparato educacional institucionalizado que cria entraves para a temática.

O tempo para realização das atividades foi um fator limitante, devido ao fator do horário da implementação, que ocorreu durante as aulas de Biologia, onde não pudemos utilizar de mais tempo do que o proposto no PE, devido à pressão do cumprimento dos conteúdos propostos pela Secretaria do Estado do Paraná, que culminam na aplicação de uma avaliação diagnóstica, intitulada Prova Paraná. Alguns temas como o Aborto, demandariam mais tempo. Outra dificuldade observada foi em relação à leitura e interpretação, quanto aos artigos de Divulgação Científica, como também a impaciência em se demorar em uma leitura de mais de duas páginas para análise posterior. Um fator também considerado como limitante é a impossibilidade de avaliar desdobramentos da futura prática docente por meio da implementação do PE.

As atividades propostas no material didático-pedagógico servirão como instrumentos de maior consciência social, revelando o papel da ES, sua importância atual para o desenvolvimento do cidadão e como podem ser instrumentos de desmistificação da opinião pública sobre o ensino de sexualidade.

A abordagem dos Três Momentos Pedagógicos veio ao encontro dessa ideia, buscando ser um meio facilitador para o crescimento do conhecimento do educando sobre a ES. No momento da Problematização Inicial, os estudantes lançaram suas dúvidas, fizeram questionamentos e também apresentaram sua posição, frente às situações apresentadas.

No Segundo Momento, da Organização do Conhecimento, o uso dos textos de Divulgação Científica foram utilizados para compreensão do tema e da Problematização Inicial, sendo necessário também para complementar atividades diversificadas com o texto. Nessa perspectiva, Delizoicov, Angotti e Pernambuco

(2002) ressaltam a importância de diversificadas atividades, com as quais se poderá trabalhar para organizar a aprendizagem.

No Terceiro Momento, da Aplicação do Conhecimento, percebemos que os alunos incorporaram conhecimentos por meio da análise das atividades do momento, que foi importante, porque os alunos encontraram relações entre os temas abordados, suas opiniões e conceitos que assimilaram.

Em virtude dessa abordagem, buscou-se um meio de contribuir com o diálogo entre professor e estudante, valorizando as concepções espontâneas dos estudantes, problematizando e contextualizando situações com objetivo de ampliar sua visão da sexualidade, que pode contribuir para sua futura prática docente com a temática.

Além disso, esperamos que nossa pesquisa possa fomentar outras voltadas para a Educação Sexual por meio dos Três Momentos Pedagógicos, cuja estratégia metodológica de ensino, com recortes teóricos e práticos, pode ser ampliada pelos professores da EB.

Faz-se necessária a criação de mais PE relacionados à temática, investindo em pesquisas que atentem sobre formas de ser e de querer ser da juventude, seus contextos, suas potencialidades, necessidades, a fim de abrir campo para a discussão e construção das várias formas de ensino, que contemplem a apropriação das questões da sexualidade.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. Professor-investigador: Que sentido? Que formação? **Cadernos de Formação de Professores**, [s. l.], n. 1, p. 1, 2001.
- ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2, S465-S469, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/v19s2/a27v19s2.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- AZAMBUJA, M. R. F. de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1022>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BARBOZA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 11, n. 10, e772, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>. Acesso em: 5 maio 2024.
- BARCELOS, N. S., ZAIAD, A. G., SANTOS, C. Educação sexual: relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [s. l.], v. 7, edição especial 2, p. 150-160, 1996.
- BARROS, Suzana da Conceição de; RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. Sexting na adolescência: problematizando seus efeitos no espaço escolar. **Perspectiva**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 1185-1204, 2016. DOI: 10.5007/2175-795X.2015v33n3p1185. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1185>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). Aborto e democracia. São Paulo: Alameda, 2016. 242 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/C6skF7MMqNhDZrnG9c4dnPB/>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES; Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 23, e230039, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>. Acesso em: 5 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, p. 10, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. PCN+ ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990, p. 12. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Protege Brasil. **Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência**. Brasília, p. 5, 2022. Disponível: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/protege-brasil/plano-nacional-de-prevencao-primaria-do-risco-sexual-precoce-e-gravidez-na-adolescencia_defeso.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**. Cad.1. Brasília: Ministério da Saúde, p. 5, 2005. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf. Acesso em: 8 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Cad. 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. p. 285-336, 1998. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRÊTAS, José Roberto da; QUERINO, Isis D.; CINTRA, Cintia de Cassia; FERREIRA, Daniela; CORREA, Danielle da Silva. **Rev. Patologia da Fala e Linguagem**, [s. l.], v. 11, n. 64, p. 20-29, set.-out. 2002. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-364242>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRITTOS, Eritânia Silmara; SANTOS, Aline Bruna dos; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A importância da Educação Sexual na formação de professores: o projeto laboratório de educação sexual Adolescer e a intervenção necessária junto aos adolescentes no espaço escolar**. Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual. Maringá, p. 4, 2013.

CALDAS, Graça. Mídia, meio ambiente e mobilização social. *In*: CALDAS, Graça; BORTOLIERO, Simone, VICTOR, Cilene (org.). **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print; ABJC: Fapeming, 2009.

CHACUR, Rachel Lopes Queiroz; RODRIGUES, Danilo Ferreira. A construção cultural da sexualidade influenciada pela mutação social e o reconhecimento da entidade familiar. **Colloquium Humanarum**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 51-58, 2012. ISSN:

1809-8207. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/452>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, Escola e Docência**: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, p. 31, 2014.

COSCARELLI, Carla Viana. A leitura em múltiplas fontes: um processo investigativo. **Ensino e Tecnologia em Revista**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2017. Disponível em : <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/5897>. Acesso em: 30 set. 2020.

COSTA, Priscila Carozza Frasson. **Educação Sexual**: uma metodologia inspirada nos patamares de adesão. Curitiba: Appris, 2016. p. 30.

CUNHA, Márcia Borin da; GIORDAN, Marcelo. A Divulgação Científica como um gênero de discurso: implicações na sala de aula. **Encontro Nacional em Pesquisa e Educação em Ciência**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.fep.if.usp.br/~profis/arquivos/viienpec/VII%20ENPEC%20-%202009/www.foco.fae.ufmg.br/cd/pdfs/89.pdf>

DADOORIAN, D. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 84-91, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QqfLfKhS9RZ9GWTZXCSmPNC/> Acesso em: 15 out. 2023.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. Os direitos sexuais e reprodutivos. *In*: RIBEIRO, C.; CAMPUS, M. T. A. (ed.). **Afinal, que paz queremos?** Lavras: Editora UFLA, 2004. p. 45-70.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto. **Ciência e Saúde Coletiva** [Internet], v. 22, n. 2, p. 653-6020, 17 fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8LRYdgSMzMW4SDDQ65zzFHx/>. Acesso em: 15 out. 2023.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas, 2006, n. 26, p. 201-223. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A formação de educadores sexuais**: possibilidades e limites. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 50-63, ago. 1996.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. ver. e atual. Londrina: Eduel, 2012, p. 200.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006. (Coleção Dimensões da Sexualidade).

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro; LEMBECK, Tatiane. Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. *Educere et Educare*, [s. l.], v. 6, n. 11, 2011. DOI: 10.17648/educare.v6i11.4802. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4802>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 31.

GIORDAN, Cunha; CUNHA, Márcia Borin da. **Divulgação Científica na sala de aula**: perspectivas e possibilidades. Ijuí: Ed. Ijuí, 2015. (Coleção Educação em ciências. Série Pesquisa e inovação no ensino de Ciências).

GOMES, S. F., PENNA, J. C. B. de O., ARROIO, A. Fake News Científicas: Percepção, Persuasão e Letramento. **Ciência & Educação**, Bauru, n. 26, e20018, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320200018>.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#2. Acesso em: 24 mar 2024.

IBGE EDUCA. **Internet chega a 8 em cada 10 domicílios no Brasil**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 11 maio 2023.

LELO, Thales Vilela; CAMINHAS, Lorena. Desinformações sobre gênero e sexualidade e as disputas pelos limites da moralidade. **MATRIZES**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 179-203, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v15i2p179-203. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/179801>. Acesso em: 24 mar. 2024.

LORDÉLO, F. S.; PORTO, C. M. Divulgação científica e cultura científica: Conceito e aplicabilidade. **Rev. Ciênc. Ext.**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 37-31, 2012.

LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. Os sentidos da sexualidade; natureza, cultura e educação, *In*: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas, São Paulo: Summus, 1997. p. 87-95.

MAIA, Mônica Bara (org.). **Direito de decidir**: múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MARTINS, Ariele da Silva; SILVA, Marcella Larrate da; AMARAL, Marcella Larrate da; BELO, Mariana Soares da Silva Peixoto; SILVA, Bianca Ramos Marins; COSTA, Patrícia Cristina dos Santos. Atividades lúdico-educativas sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis: uma proposta de Divulgação Científica no ambiente escolar. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 2, 2022. Disponível: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25598/22510>.

MARTINS, Isabel; NASCIMENTO, Tatiana Galieta; ABREU, Teo Bueno de. Clonagem na sala de aula: um exemplo do uso didático de um texto de divulgação científica. **Investigações em Ensino de Ciências**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 95-111, 2004.

MELO, S. M. M. de. POCÓVI, R. Educação e sexualidade. **Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 1, Florianópolis: UDESC, p. 38, 2012.

MELO, Sonia Maria Martins de Melo; YARED, Yalin Brizola; PACHECO; Raquel da Veiga; BRYNS, Márcia de Freitas. Educação Sexual e Produção de Conhecimento: reflexões sobre o trabalho integrado de dois grupos de pesquisa. **Revista Humanidades e Inovação**, [s. l.], v. 7, n. 27, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5064>. Acesso em: 5 maio 2024.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Rev Assoc Med Bras** [Internet], v. 58, n. 1, p. 48-52, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000100014>.

MUENCHEN, C. **A disseminação dos Três Momentos Pedagógicos**: um estudo sobre práticas docentes na região de Santa Maria/RS. 122 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, UFSC/PPGECT, 2010.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

NUNES, Cesar Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. 319 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NUNES, Cesar Aparecido; SILVA, Edna. **Sexualidade(s) adolescente(s)**. Florianópolis, SC: Sophos, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Priorizado Ensino Médio: Biologia**. Curitiba: SEED/PR, p. 12, 2021a. Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19493&ext=pdf&k=>. Acesso em: 7 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, v. 1, p. 29, 2021b. Disponível em: <http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 7 maio 2023. Apud BRASIL. Resolução n. 03, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Presidência da República, [2018a]. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, v. 2, p. 672, 2021c. Disponível em: <http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 7 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, v. 3, p. 109, 2021d. Disponível em: <http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 7 maio 2023.

PASTANA, M.; MAIA, A. C. B. **Diálogo sobre sexualidade e mídia com adolescentes**: possibilidades de atividades e discussões. UNESP-Araraquara; Bauru, 2016.

PENA, Andreia Lelis; MACHADO, Patrícia Lootens; SILVA, Roberto Ribeiro da. O uso de texto de Divulgação Científica no ensino de ciências sobre sexualidade humana para ir além da biologização. Educação em Ciências em múltiplos contextos. Atas do XVII Encontro Nacional de Educação em Ciências, XVII ENEC, I Seminário Internacional de Educação em Ciências, I SIEC. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Escola Superior de Educação. Viana do Castelo, 2018.

QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 43, p. 204-225, jan./mar. 2012.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood – Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SANTOS, Tiago Guimarães dos; RAMOS, Willian César. A organização retórica do gênero textual reportagem de divulgação científica. **Revista Delta**, PUC SP, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/PDrypVdCsyRK5bcBftDGC7d/>. Acesso em: 11 maio 2023.

SANZ, Elena. Autoconsciência sexual: por que é tão importante para o bem-estar?. **Melhor com Saúde**, [s. l.], 2002. Disponível em:

<https://melhorcomsaude.com.br/autoconsciencia-sexual-por-que-e-tao-importante-para-o-bem-estar/>. Acesso em: 24 mar 2024.

SARTORI, Thiago Luiz. Análise da Educação Brasileira em face ao estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 0, p. 8.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. Sexualidade e Educação: um diálogo necessário. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 218-238, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyyq5bV4TCL9NSH/?format=html#>. Acesso em: 30 maio 2023.

TUCKMANTEL, Maísa Maganha. **A educação sexual: mas qual? Diretrizes para formação de professores em uma perspectiva emancipatória**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

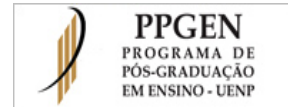
VASCONCELOS, Naumi de. **Amor e sexo na adolescência**. 3. ed. São Paulo: Polêmica, 1985, p. 6.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1998, p. 139.

ZOMPERO, Andreia de Freitas; LEITE, Cristiane Mota; GIANGARELLI, Douglas Caldeira; BERGAMO, Maurílio Cristiano. A temática sexualidade nas propostas curriculares no Brasil. **Revista Ciências & Ideias**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2018, p. 101-114.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Termo de Assentimento para criança e adolescente (Alunos com faixa etária 14 a 17 anos)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: Educação sexual no ensino de biologia: proposta de atividades com abordagem dos Três Momentos Pedagógicos para estudantes do Ensino Médio, desenvolvida pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), no Mestrado Profissional em Ensino (PPGEN).

Seus responsáveis permitiram que você participe da pesquisa, que tem como objetivo propor atividades de Educação Sexual por meio da dinâmica dos Três Momentos Pedagógicos, durante as aulas de Biologia.

Os participantes desta pesquisa são você e seus colegas do 1º ano do curso profissionalizante de Formação de Docentes, que queiram participar, sendo que é um direito seu participar ou não da pesquisa, com possibilidade de desistência de participação a qualquer momento. A pesquisa será feita em sala de aula, no Colégio Estadual Cyríaco Russo, no município de Bandeirantes, Paraná.

Quanto aos riscos da pesquisa:

- A temática poderá oferecer risco de constrangimento por ser uma temática sensível, sendo demonstrado através de um rubor no rosto, não direcionando os olhos ao interlocutor ou vídeo que está sendo exposto, atitude de inquietação e acanhamento ou satirização de algum colega de sala. Caso aconteça essas reações, será concedido o direito a se manifestar ou retirar-se da pesquisa.
- Será concedido o direito a não se manifestar.
- O aluno estará à vontade, podendo também manifestar sua opinião.
- A todo momento será reforçado a essas orientações no momento da pesquisa.
- Durante as atividades, os materiais, como sulfite, canetas, lápis, borracha, impressões, todos atóxicos, serão entregues um para cada aluno, sem riscos de ferimento.
- Caso os vídeos e leituras levem a algum tipo de constrangimento, será concedido o direito a se manifestar ou retirar-se da pesquisa.

- Com relação aos riscos que se relacionam à divulgação da autoria dos discentes do Ensino Médio, quanto à publicação dos resultados da pesquisa, a pesquisadora se compromete a não explicitar a identidade dos envolvidos em nenhuma das etapas.
- Os encontros poderão ser gravados em áudio ou vídeo, mas não será publicado seu conteúdo, sendo utilizado apenas para a análise de dados da pesquisa, mantendo o anonimato e privacidade dos participantes.
- As atividades serão digitalizadas, a fim de que a letra do aluno não seja reconhecida. Além disso, os materiais utilizados (textos, atividades) serão enumerados ou referenciados por sigla ou nome fictício.
- As imagens não serão divulgadas em hipótese alguma.
- Após a análise e transcrição dos dados, os vídeos e áudios serão deletados, e o material escrito será incinerado.

Quanto aos benefícios da pesquisa:

- Você também não irá gastar, nem receber dinheiro para participar.
- Sua participação é importante, pois é a oportunidade de participar de atividades de Educação Sexual, que irá favorecer o diálogo sobre sexualidade, trazendo muitos benefícios para sua saúde sexual, física e emocional, sendo um espaço que você poderá esclarecer as suas dúvidas e continuar formulando questões sobre o tema.
- A implementação de um produto técnico educacional para o ensino, sobre sexualidade com alunos do curso de formação de docentes, será indispensável à formação de futuros docentes de Ensino Fundamental I e Educação Infantil, já que o currículo do curso não contempla os assuntos referentes à sexualidade.
- Através dos encontros com um conteúdo baseado nas abordagens dos 3 MPs, os futuros docentes poderão realizar um trabalho de forma a saber como tratar de temas polêmicos da sexualidade, de forma reflexiva, desenvolvendo um pensamento crítico.
- Você que é aluno do 1º ano, no período vespertino, e que tem de 14 a 17 anos, poderá participar somente com a autorização do seu responsável (pai ou mãe ou responsável legal) das reuniões, que serão ofertadas no período da tarde.
- Caso aconteça algo errado, você poderá nos procurar pelo telefone (43) 99955-4719 ou e-mail da pesquisadora sandraproni@gmail.com. Se tiver alguma dúvida,

você pode também contatar a orientadora, Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa, no e-mail priscila@uenp.edu.br ou pelo telefone (43) 3542-8042.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UENP Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes Fone/Fax: +55 (43) 3542 8010 | Fax: +55 (43) 3542 8056, Rodovia BR-369 Km 54, Vila Maria, CP 261 – CEP 86360-000, Bandeirantes – Paraná – Brasil.

Eu _____, _____ anos, _____, portador do RG: _____, residente na Rua/Av.: _____ n° _____, aceito participar da pesquisa.

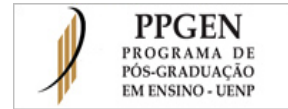
Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com o meu responsável. Recebi uma cópia assinada deste termo de assentimento e li. Concordo em participar da pesquisa: Educação sexual no ensino de biologia: proposta de atividades com abordagem dos Três Momentos Pedagógicos para estudantes do Ensino Médio.

Bandeirantes, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do menor

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B



Termo de Assentimento para Aluno maior de 18 anos (Alunos com faixa etária 18 a 45 anos)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: Educação sexual no ensino de biologia: proposta de atividades com abordagem dos Três Momentos Pedagógicos para estudantes do Ensino Médio, desenvolvida pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), no Mestrado Profissional em Ensino (PPGEN).

Os participantes desta pesquisa são você e seus colegas do 1º ano do curso profissionalizante de Formação de Docentes, que queiram participar, sendo que é um direito seu participar ou não da pesquisa, com possibilidade de desistência de participação a qualquer momento. A pesquisa será feita em sala de aula, no Colégio Estadual Cyríaco Russo, no município de Bandeirantes, Paraná.

Quanto aos riscos da pesquisa:

- A temática poderá oferecer risco de constrangimento por ser uma temática sensível, sendo demonstrado através de um rubor no rosto, não direcionando os olhos ao interlocutor ou vídeo que está sendo exposto, atitude de inquietação e acanhamento ou satirização de algum colega de sala. Caso aconteçam essas reações, será concedido o direito a se manifestar ou retirar-se da pesquisa.
- Será concedido o direito a não se manifestar.
- O aluno estará à vontade, podendo também manifestar sua opinião.
- A todo momento serão reforçadas essas orientações no momento da pesquisa.
- Durante as atividades, os materiais, como sulfite, canetas, lápis, borracha, impressões, todos atóxicos, serão entregues um para cada aluno, sem riscos de ferimento.
- Caso os vídeos e leituras levem a algum tipo de constrangimento, será concedido o direito a se manifestar ou retirar-se da pesquisa.
- Com relação aos riscos que se relacionam à divulgação da autoria dos discentes do Ensino Médio, quanto à publicação dos resultados da pesquisa, a pesquisadora se compromete a não explicitar a identidade dos envolvidos em nenhuma das etapas.

- Os encontros poderão ser gravados em áudio ou vídeo, mas não será publicado seu conteúdo, sendo utilizado apenas para a análise de dados da pesquisa, mantendo o anonimato e privacidade dos participantes.
- As atividades serão digitalizadas, a fim de que a letra do aluno não seja reconhecida. Além disso, os materiais utilizados (textos, atividades) serão enumerados ou referenciados por sigla ou nome fictício.
- As imagens não serão divulgadas em hipótese alguma.
- Após a análise e transcrição dos dados, os vídeos e áudios serão deletados, e o material escrito será incinerado.

Quanto aos benefícios da pesquisa:

- Você também não irá gastar, nem receber dinheiro para participar.
- Sua participação é importante, pois é a oportunidade de participar de atividades de Educação Sexual, que irá favorecer o diálogo sobre sexualidade trazendo muitos benefícios para sua saúde sexual, física e emocional, sendo um espaço que você poderá esclarecer as suas dúvidas e continuar formulando questões sobre o tema.
- A implementação de um produto técnico educacional para o ensino sobre sexualidade com alunos do curso de formação de docentes, será indispensável à formação de futuros docentes de Ensino Fundamental I e Educação Infantil, já que o currículo do curso não contempla os assuntos referentes à sexualidade.
- Através dos encontros com um conteúdo baseado nas abordagens dos 3 MPs, os futuros docentes poderão realizar um trabalho de forma a saber como tratar de temas polêmicos da sexualidade, de forma reflexiva, desenvolvendo um pensamento crítico.
- Você que é aluno do 1º ano, no período vespertino, e que tem de 14 a 17 anos, poderá participar somente com a autorização do seu responsável (pai ou mãe ou responsável legal) para a participação das reuniões, que serão ofertadas no período da tarde.
- Caso aconteça algo errado, você poderá nos procurar pelo telefone (43) 99955-4719 ou e-mail da pesquisadora sandraproni@gmail.com. Se você tiver alguma dúvida, você pode também contatar a orientadora, Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa, no e-mail priscila@uenp.edu.br ou pelo telefone (43) 3542-8042.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UENP Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes Fone/Fax: +55 (43) 3542 8010 | Fax: +55 (43) 3542 8056, Rodovia BR-369, Km 54, Vila Maria, CP 261 – CEP 86360-000, Bandeirantes – Paraná – Brasil.

Eu _____, _____ anos, _____, portador do RG: _____, residente na Rua/Av.: _____ n° _____, aceito participar da pesquisa.

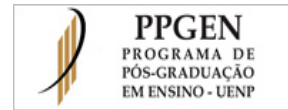
Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com o meu responsável. Recebi uma cópia assinada deste termo de assentimento e li. Concordo em participar da pesquisa: Educação sexual no ensino de biologia: proposta de atividades com abordagem dos Três Momentos Pedagógicos para estudantes do Ensino Médio.

Bandeirantes, _____ de 2023.

Assinatura do maior

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE C



Pesquisadora Responsável: Sandra Mara Miranda Proni

Endereço: Rua Antonio Sartori, nº 852, Vila Rubi – Bandeirantes – PR. CEP: 86360-000 Fone: (43) 99955-4719 – E-mail: sandraproni@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite especial para seu filho(a), ou estudante pelo qual tenha responsabilidade, a participar voluntariamente da pesquisa: Educação sexual no ensino de biologia: proposta de atividades com abordagem dos Três Momentos Pedagógicos para estudantes do Ensino Médio. Solicitamos que leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento. Qualquer dúvida sobre o estudo ou sobre este documento, entre em contato diretamente com as pesquisadoras responsáveis.

OBJETIVO E BENEFÍCIOS DO ESTUDO

Os meios de comunicação, entre tantos outros que utilizam o sexo para chamar a atenção das pessoas, acabam por estimular e criar curiosidades precoces nos adolescentes, o que dificulta bastante o processo de conscientização e responsabilidade individual sobre o assunto.

Pretendemos, com a pesquisa, promover a educação sexual de forma mais eficaz, ajudando o adolescente a prevenir e enfrentar abusos e violência, além de que, o diálogo sobre sexualidade pode trazer muitos benefícios para a saúde sexual, física e emocional dos adolescentes.

A pesquisa não terá gasto nenhum, e a participação do seu filho é muito importante, pois é a oportunidade de participar de atividades de Educação Sexual,

proporcionando um espaço que seu filho poderá esclarecer as suas dúvidas e continuar formulando questões sobre o tema. A implementação de um produto técnico educacional para o ensino sobre sexualidade com alunos do curso de formação de docentes, será indispensável à formação de futuros docentes de Ensino Fundamental I e Educação Infantil, já que o currículo do curso não contempla os assuntos referentes à sexualidade. Através dos encontros com um conteúdo baseado nas abordagens dos 3 MPs (Três Momentos Pedagógicos), os futuros docentes poderão realizar um trabalho de forma a saber como tratar de temas polêmicos da sexualidade, de forma reflexiva, desenvolvendo um pensamento crítico.

Quanto aos riscos da pesquisa:

- Os alunos irão realizar atividades que contemplarão vídeos, documentários, imagens, aplicativos, textos de divulgação científica e debates. Ninguém saberá que seu filho, ou menor pelo qual tenha responsabilidade, está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que ele nos der.
- Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas caso seja utilizada alguma atividade produzida por ele durante as reuniões, permanecerá no anonimato seu autor. Para segurança, usaremos códigos como letras, abreviaturas ou nome fictício, para substituir a assinatura.
- Pode ocorrer constrangimento por ser uma temática sensível. Caso aconteça lhe será concedido o direito a se manifestar ou se retirar da pesquisa.
- Será concedido o direito a não se manifestar.
- Seu filho ou menor pelo qual tenha responsabilidade estará à vontade, podendo também manifestar sua opinião.
- A todo momento serão reforçadas essas orientações no momento da pesquisa.
- Durante as atividades, os materiais serão adaptados, atóxicos, uma para cada aluno, sem riscos.
- Caso os vídeos e leituras levem a algum tipo de constrangimento, será concedido o direito a se manifestar ou retirar-se da pesquisa.
- Embora sejam mínimos, os riscos se relacionam à divulgação da autoria dos discentes do Ensino Médio, quanto à publicação dos resultados da pesquisa. No entanto, a pesquisadora se compromete a não explicitar a identidade dos envolvidos em nenhuma das etapas.

- Os encontros poderão ser gravados em áudio ou vídeo, mas não será publicado seu conteúdo, sendo utilizado apenas para a análise de dados da pesquisa, mantendo o anonimato e privacidade dos participantes.
- As atividades serão digitalizadas, a fim de que a letra do aluno não seja reconhecida. Além disso, os materiais utilizados (textos, atividades) serão enumerados ou referenciados por sigla ou nome fictício.

PROCEDIMENTOS/METODOLOGIA

A pesquisa será feita com estudantes do 1º ano do Ensino Médio no período da aula regular da série, em sala de aula, no Colégio Estadual Cyríaco Russo, no município de Bandeirantes, Paraná. Serão realizadas reuniões sobre Educação Sexual atrelada aos conteúdos de Biologia, durante seis encontros no ano.

Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas caso seja utilizada alguma atividade produzida pelo menor durante as reuniões, será permanecido no anonimato o autor. Para a segurança do menor, usaremos códigos, como letras, abreviaturas ou nome fictício, para substituir sua assinatura. E no caso de usarmos produções escritas de sua autoria, iremos digitá-las para que sua letra não seja reconhecida.

DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO

Os participantes da pesquisa não têm nenhum custo, contudo, por se tratar de participação voluntária, caso venham a ter algum gasto em função da pesquisa, serão ressarcidos. **PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA.**

Poderão participar da pesquisa estudantes do Colégio Estadual Cyríaco Russo – PR, do 1º ano do Ensino Médio, matriculados no ensino regular, no período matutino, com faixa etária de 14 a 45 anos. Não serão aceitos estudantes que não tenham a autorização do(a) responsável para a participação das reuniões, que serão ofertadas no turno da aula. A participação da pesquisa é voluntária, tendo liberdade para desistir a qualquer momento. O participante receberá uma via do documento devidamente assinada, por ambas as partes e, caso aceite participar, é importante salvar uma cópia deste documento.

GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE

As informações relacionadas à pesquisa são confidenciais, e qualquer informação divulgada em relatório ou publicação será feita sob forma codificada ou nome fictício para que a confidencialidade seja mantida. As pesquisadoras garantem que o nome do estudante pelo qual é responsável, não será divulgado sob hipótese alguma. Em caso de quebra de sigilo dos dados, as pesquisadoras assumirão a responsabilidade, de forma a garantir total comprometimento referente ao seu sigilo.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

O responsável e o estudante podem fazer todas as perguntas que julgarem pertinentes durante e após o estudo. Caso aconteça algo errado, você poderá nos procurar pelo telefone (43) 99955-4719 ou e-mail sandraproni@gmail.com da pesquisadora. Se você tiver alguma dúvida, você pode também contatar a orientadora, Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa, no e-mail priscila@uenp.edu.br ou pelo telefone (43) 3542-8042. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UENP Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes Fone/Fax: +55 (43) 3542 8010 | Fax: +55 (43) 3542 8056, Rodovia BR-369, Km 54, Vila Maria, CP 261 – CEP 86360-000, Bandeirantes – Paraná – Brasil.

Sendo assim, eu _____,
 _____, nacionalidade _____, idade _____, estado civil
 _____, profissão _____, portador do RG:
 _____, responsável pelo aluno menor de idade,
 _____, residente à Av./Rua
 _____, nº _____, permito meu representado a
 participar da pesquisa aqui mencionada.

Entendi que coisas ruins e boas podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e permitir que ele(a), o(a) menor de idade citado(a) acima, participe, mas que, a qualquer momento, podemos dizer “não” e desistir, que ninguém vai ficar chateado.

Recebi uma cópia assinada deste termo de consentimento e li, autorizando meu representado a participar da pesquisa.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Diante do exposto eu, _____ (nome do responsável), RG nº _____, declaro que recebi uma via do termo, li e autorizo a participação livre e espontânea de meu filho(a) ou estudante ao qual sou responsável _____ (nome do menor) para a pesquisa em questão.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do responsável

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UENP Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes, Fone/Fax: +55 (43) 3542 8010 | Fax: +55 (43) 3542 8056, Rodovia BR-369 Km 54, Vila Maria, CP 261 – CEP 86360-000, Bandeirantes – Paraná – Brasil.